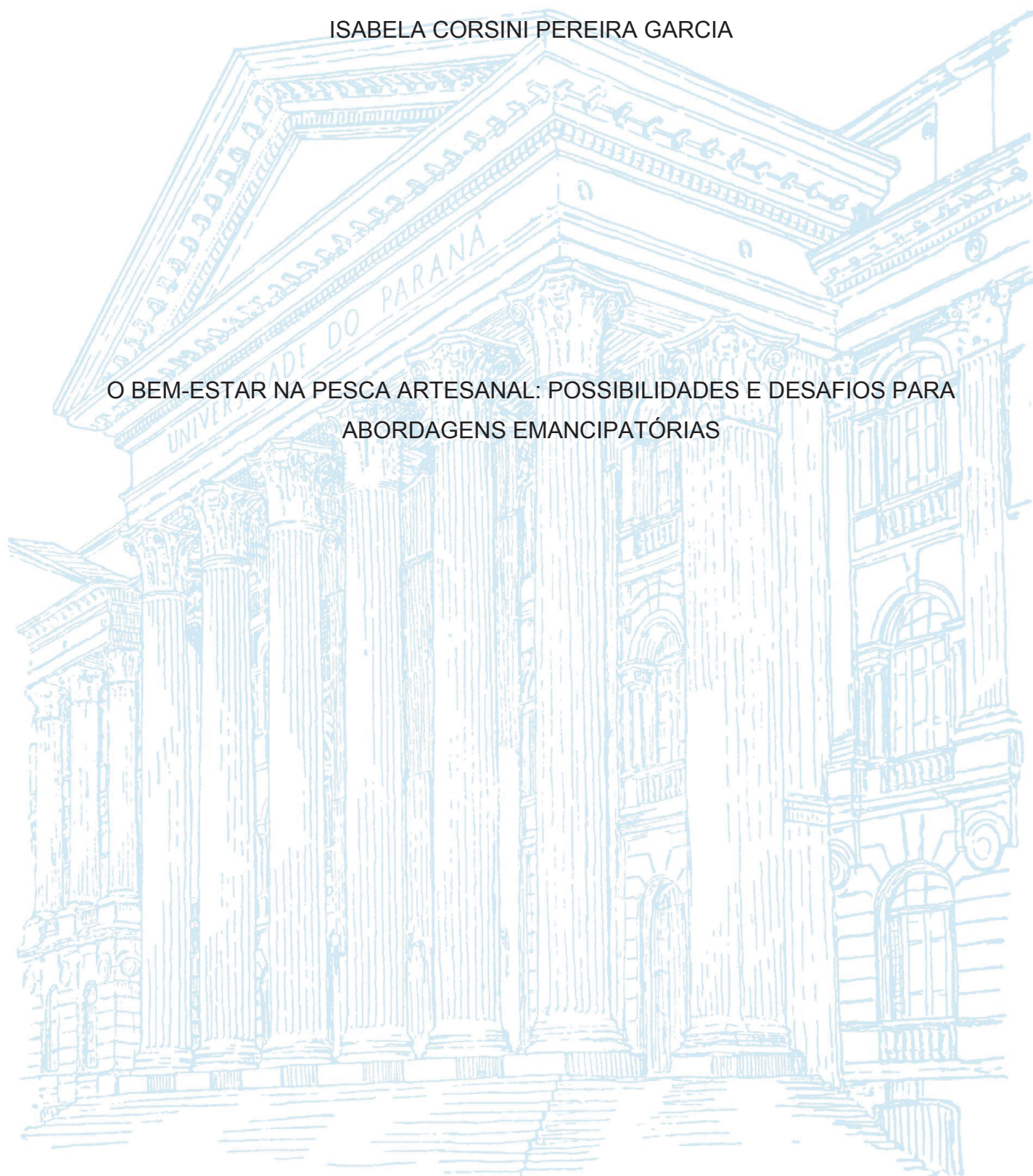


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ISABELA CORSINI PEREIRA GARCIA

O BEM-ESTAR NA PESCA ARTESANAL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA  
ABORDAGENS EMANCIPATÓRIAS



CURITIBA

2020

ISABELA CORSINI PEREIRA GARCIA

O BEM-ESTAR NA PESCA ARTESANAL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA  
ABORDAGENS EMANCIPATÓRIAS

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Carina Catiana Foppa

CURITIBA

2020

Garcia, Isabela Corsini Pereira

O bem-estar na pesca artesanal: possibilidades e desafios para abordagens emancipatórias. / Isabela Corsini Pereira Garcia - Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientador: Carina Catiana Foppa.

1. Pesca artesanal. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Qualidade de vida. 4. Bem-estar. I. Foppa, Carina Catiana. II. Título. III. Universidade Federal do Paraná.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO - 40001016029P1

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de ISABELA CORSINI PEREIRA GARCIA intitulada: **O BEM-ESTAR NA PESCA ARTESANAL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA ABORDAGENS EMANCIPATÓRIAS**, sob orientação da Profa. Dra. CARINA CATIANA FOPPA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa. A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 31 de Março de 2020.

  
CARINA CATIANA FOPPA

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

  
GUSTAVO CESAR MOREIRA MOURA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

  
NATÁLIA TAVARES DE AZEVEDO

Avaliador Interno (PROFESSOR PESQUISADOR- UFPR)

Ao meu pai e à minha mãe, inesgotáveis em dedicação e amor.  
À todas as mulheres, protagonistas do melhor que está por vir.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é uma forma de semear amor àqueles que possibilitaram que este trabalho e sonho, mesmo diante de diversas adversidades, fosse concretizado. É também lembrar que tudo aquilo que realizamos é amparado por diversas mãos.

Assim, agradeço primeiramente aos meus pais, por me terem dado a preciosidade que é a vida e por terem sempre motivado a busca dos meus objetivos, dando condições privilegiadas para que os estudos viessem em primeiro lugar.

Agradeço aos meus amigos e amigas da vida, tanto os antigos que caminharam comigo até então, quanto os novos que vieram ao longo da trajetória da pós-graduação, vocês são uma família essencial na minha vida.

Agradeço a todas as professoras e professores que me formaram enquanto ser humano/profissional, desde a alfabetização até aqueles que compõem o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, sua profissão é o que há de mais valioso para pensarmos um futuro mais justo.

Agradeço à orientação da professora Carina Catiana Foppa, que me estimulou a pensar de novas maneiras, sempre buscando a coerência e o cuidado com o outro. Agradeço ao Eric Medeiros por ser um sol nesse processo às vezes tão nublado. E agradeço à minha psicóloga, Anna Abdala, que foi essencial para que eu finalizasse por completo esta etapa e priorizasse o meu próprio bem-estar.

Agradeço à Universidade Federal do Paraná enquanto instituição de ensino, às suas funcionárias(os) da limpeza, técnicas(os), cozinheiras(os) e demais integrantes, por me acolherem como aluna e ser humano, foi essencial toda essa estrutura para que pudesse percorrer a trajetória da pós-graduação sem muitas dificuldades.

Agradeço à CAPES pela bolsa concedida, desejando que mais pessoas possam ter acesso à oportunidade de realizar seus sonhos acadêmicos amparados financeiramente por ela.

As conquistas tornam-se mais autênticas quando dividimos com o outro a nossa felicidade ao obtê-las. Eu compartilho dessa alegria com todos aqueles, que nos mais simples gestos, criaram pontes para alcançar este meu objetivo.

A todos vocês, minha sincera gratidão.

*“prefiro um galope soberano  
à loucura do mundo me entregar”  
(Zé Ramalho)*



## RESUMO

O imaginário de bem-estar pautado no “bem-possuir” e perpetrado pelo conceito de desenvolvimento é um tipo de caminho linear e uniforme que os países do Sul global deveriam seguir para alcançar progresso social, o bem-estar social e o crescimento econômico. Diante da hegemonia de visões do que se constitui uma boa vida para se viver permaneceram violentadas e invisibilizadas diversas formas de conceber o bem-estar, que fogem do consumismo e do uso desenfreado dos recursos naturais, como as dos povos e comunidades tradicionais. Dentre estes, estão os pescadores e pescadoras artesanais, pessoas que resistem em um complexo cenários de usos, conflitos socioambientais e territórios degradados. À medida que a crise socioambiental também avança sobre os recursos pesqueiros, é importante considerar os pescadores e suas organizações como centrais na discussão em torno da sustentabilidade, conhecer as diferentes percepções e compreender em quais processos se engajam para atingir um nível de bem-estar e qualidade de vida, assegurando que haja liberdade para trilhar os caminhos que levam a ele e condições favoráveis para que se perpetue. Seria o bem-estar uma lente para evidenciar e fortalecer os modos de vida relacionados à pesca artesanal no Brasil? Antes de responder à essa pergunta, é necessário discutir e rever as metodologias e instrumentos utilizados em estudos nessas comunidades, no sentido de buscar por intervenções mais participativas que se alinhem à emancipação social. O presente estudo traz as contribuições de produções brasileiras no contexto do bem-estar e da qualidade de vida na pesca artesanal. Envolveu a pesquisa bibliográfica e a categorização temática de cada artigo, ao passo que discuti as potencialidades e resistências que podem ser extraídas dos processos de vida na pesca artesanal. Por fim, traço um panorama pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, que pretendem implementar uma noção de bem-estar distanciada das vozes de povos tradicionais essenciais para a sustentabilidade dos ecossistemas.

Palavras-chave: pesca artesanal, bem-estar, qualidade de vida, desenvolvimento sustentável.



## ABSTRACT

Wellbeing imaginary difused by the concept of development is a tipe of linear and uniform path that countries of the global South follow to achieve social progress, social wellbeing and economic growth. Faced with the hegemony of views of what constitutes a good life to live, various ways of conceiving wellbeing have remained suppressed and invisible, that escapes from consumerism and unbridled use of natural resources, such as traditional peoples and communities. Among these are artisanal fishermen and fisherwomen, people who resist in a scenario of uses, socio-environmental conflicts and degraded territories. As the socio-environmental crisis also advances on fisheries resources, it is important to consider fishermen and their organizations as central to the meeting on sustainability, to understand different perceptions and to understand in which processes they are engaged to achieve a level of wellbeing and quality of life, ensuring that there is freedom to tread the paths that lead to it and favorable conditions for it to perpetuate. Would wellbeing be a lens to highlight and strengthen the ways of life related to artisanal fisheries in Brazil? Before answering this question, it is necessary to discuss and review methodologies and instruments used in studies in these communities, seeking more participatory actions that are aligned to social emancipation. The present study brings contributions of Brazilian productions in the context of wellbeing and quality of life in artisanal fishing. It involved bibliographic research and thematic categorization of each article, while it was discussed how potentials and resistances can be extracted from life processes in artisanal fisheries. Finally, I outlined the UN Sustainable Development Goals, which intend to implement a notion of wellbeing distanced from voices of traditional peoples essential to sustainability of ecosystems.

Keywords: artisanal fisheries, wellbeing, quality of life, sustainable development.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|          |   |    |
|----------|---|----|
| QUADRO 1 | ARTIGOS PROVENIENTES DO LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO REFERENTE AO BEM-ESTAR, QUALIDADE DE VIDA E PESCA ARTESANAL NO BRASIL, CONTENDO O TÍTULO, A REVISTA E A RESPECTIVA REFERÊNCIA..... | 33 |
| QUADRO 2 | CATEGORIZAÇÃO TEMÁTICA DOS ARTIGOS .....  | 34 |
| FIGURA 1 | MAPEAMENTO DAS ABORDAGENS RELACIONADAS AO BEM-ESTAR E À QUALIDADE DE VIDA NA PESCA ARTESANAL NO BRASIL.....   | 40 |
| FIGURA 2 | MAPEAMENTO DAS POTENCIALIDADES DE BE E QV IDENTIFICADAS EM CADA CATEGORIA TEMÁTICA, TENDO PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS COMO PROTAGONISTAS DE CADA PROCESSO. ....                | 55 |

## SUMÁRIO

|          |   |           |
|----------|---|-----------|
| <b>1</b> | <b>PREFÁCIO .....</b>   | <b>12</b> |
| <b>2</b> | <b>INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>23</b> |
| <b>3</b> | <b>OBJETIVOS .....</b>  | <b>27</b> |
| <b>4</b> | <b>METODOLOGIA.....</b>   | <b>28</b> |
| <b>5</b> | <b>A PESCA ARTESANAL NO BRASIL SOB A LENTE DO BEM-ESTAR E DA QUALIDADE DE VIDA.....</b>   | <b>32</b> |
| 5.1      | <i>AS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS: ALGUNS ELEMENTOS PARA COMPREENDER O PANORAMA BRASILEIRO .....</i>  | <i>32</i> |
| 5.2      | <i>TRANSITANDO POR CONCEITOS E ALGUNS INDICADORES .....</i>   | <i>35</i> |
| 5.3      | <i>AS CATEGORIAS TEMÁTICAS: COMPONENTES DE UM CENÁRIO COMPLEXO .....</i>  | <i>37</i> |
| 5.4      | <i>ALGUNS CAMINHOS PARA COMPREENDER AS POTENCIALIDADES DO BE E DA QV NA PESCA ARTESANAL DO BRASIL.....</i>                                | <i>51</i> |
| <b>6</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>   | <b>62</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>63</b> |
|          | <b>ANEXO 1 – ESCALA DE ESTRESSE PERCEBIDO.....</b>  | <b>73</b> |
|          | <b>ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO INTERNACIONAL DE ATIVIDADE FÍSICA (QIAF).....</b>   | <b>74</b> |
|          | <b>ANEXO 3 – DOMÍNIOS E FACETAS DO QUESTIONÁRIO DE QUALIDADE DE VIDA DA OMS - WHOQOL (WORLD HEALTH ORGANIZATION QUALITY OF LIFE).....</b> | <b>76</b> |
|          | <b>ANEXO 4 – ASPECTOS AVALIADOS NAS DIMENSÕES SOCIAL, AMBIENTAL, ECONÔMICA E GOVERNANÇA .....</b>   | <b>78</b> |
|          | <b>ANEXO 5 – TRADUÇÃO DO QUESTIONÁRIO DISABILITIES OF THE ARM, SHOULDER AND HAND QUESTIONNAIRE (DASH) ..</b>                              | <b>79</b> |
|          | <b>ANEXO 6 – TRADUÇÃO DO MEDICAL OUTCOMES STUDY 36-ITEM SHORT-FORM HEALTH SURVEY (SF-36).....</b>   | <b>80</b> |
|          | <b>ANEXO 7 – MODELO DE ANÁLISE “INSTITUTIONAL ANALYSIS AND DEVELOPMENT” (IAD).....</b>  | <b>86</b> |

## 1 PREFÁCIO

“Vamos! Vamos!” gritou a Rainha. “Mais rápido! Mais rápido!”  
 E correram tão depressa que por fim pareciam deslizar pelo ar, mal roçando o chão com os pés, até que de repente, bem quando Alice estava ficando completamente exausta, pararam, e ela se viu sentada no chão, esbaforida e tonta.  
 A Rainha a recostou contra uma árvore e disse gentilmente: “Pode descansar um pouco agora.”  
 Alice olhou ao seu redor muito surpresa.  
 “Ora, eu diria que ficamos sob esta árvore o tempo todo! Tudo está exatamente como era!”  
 “Claro que está”, disse a Rainha, “esperava outra coisa?”  
 “Bem, na nossa terra”, disse Alice, ainda arfando um pouco, “geralmente você chegaria a algum outro lugar... se corresse muito rápido por um longo tempo, como fizemos.”  
 “Que terra mais pachorrenta!” comentou a Rainha. “Pois aqui, como vê, você tem de correr o mais que pode para continuar no mesmo lugar. Se quiser ir a alguma outra parte, tem de correr no mínimo duas vezes mais rápido!” (Alice Através do Espelho, Lewis Carroll, 1871, págs. 270 e 271)

Os livros “Alice no País das Maravilhas” e “Alice Através do Espelho”, aparentemente meros romances, trazem em seu bojo algumas perspectivas para compreender dinâmicas de diferentes mundos e realidades submetidas à lógica colonialista.

As obras de Charles Lutwidge Dodgson, sob o pseudônimo de Lewis Carroll, permitem suscitar fartas reflexões em diversas áreas do conhecimento e são um prato cheio para interpretações e analogias, perpetrando o imaginário inclusive de outros cientistas como ele (ROSSI, 2011).

Um exemplo disso é a conhecida “Hipótese da Rainha Vermelha”, elaborada pelo biólogo evolucionista Leigh Van Halen em 1973 para explicar como ocorre a coevolução, possibilitando a manutenção dos seres vivos em um determinado ecossistema (RIDLEY, 2006).

Utilizando a metáfora de “corrida armamentista”, Van Halen aponta que as pressões competitivas atuam como um tipo de “peneira” que seleciona características adaptativas para que uma espécie continue existindo no ecossistema, ou seja, permanecendo naquele lugar (RIDLEY, 2006; ROSSI, 2011).

Apesar de questionável (HALLAM, 1976), a teoria permanece como um meio de ilustrar a “corrida evolutiva” à qual os organismos estão constantemente sujeitos.

Para além das interpretações reducionistas de Van Halen, os escritos de Lewis Carrol podem proporcionar olhares críticos sobre o colonialismo e conseqüentemente acerca do desenvolvimentismo. O desenvolvimento, inclusive, é considerado para alguns autores (QUIJANO, 2013; MIGNOLO, 2008) como uma extensão do primeiro.

Logo no início da aventura na qual Alice mergulhou de cabeça, percebe-se que as regras da Inglaterra, onde a protagonista vive, não podem ser replicadas no País das Maravilhas. Assim como uma única noção de verdade não pode ser replicada em qualquer lugar, como se preconiza na lógica colonialista e também nas teorias mais ortodoxas do desenvolvimento.

Tomando como base o período conhecido como “trinta anos gloriosos”, entre 1945 e 1975, o padrão desenvolvimentista, predominantemente industrial, foi permeado por ideologias simplistas e progressistas, evocando um falacioso tipo de evolução, o darwinismo social, que inferioriza e insere a pluralidade dos povos latino-americanos na vala comum do suposto retardamento à modernização (DONOVAN 1977; 1982).

Esse cenário é explicitado na obra de Walt Whitman Rostow (1971), que até os dias de hoje ganha fôlego nas discussões sobre desenvolvimento, como demonstram Niederle e Radomsky (2016). Rostow (1971) define em sua teoria as cinco etapas do desenvolvimento econômico: (i) a sociedade tradicional, (ii) as condições para o arranco, (iii) o arranco, (iv) a marcha para a maturidade e (v) a era do consumo em massa, como universais a todas as sociedades.

Tal teoria demonstrou-se mais ideológica do que científica, sustentando a ideia de um processo único a ser replicado nos territórios colonizados, permeando fortemente as decisões políticas de países ditos subdesenvolvidos para se espelharem no padrão dos países considerados desenvolvidos (NIEDERLE; RADOMSKY, 2016).

Críticas às teorias de desenvolvimento essencialmente prescritivas, universalistas e que não contemplam diversidades históricas merecem destaque nas análises de Celso Furtado (1976), apontando para a necessidade de um aprofundamento dos contextos históricos enraizados nas nações latino-americanas.

Correr incansavelmente e mesmo assim não sair do lugar. A corrida insana no livro de Lewis Carrol pode ser uma outra forma de pensar o “mimetismo

cultural” que se engendrou nos países taxados como subdesenvolvidos para alcançar o desenvolvimento econômico dos países denominados “desenvolvidos” (FURTADO, 1976).

Para Furtado (1976), a ideia de desenvolvimento configura-se como um “mito” para impulsionar os povos da periferia global a submeterem-se a enormes sacrifícios, legitimando o apagamento de formas de culturas arcaicas, a destruição do meio físico e justificando formas de dependência que mantêm as estruturas predatórias do sistema produtivo.

A Rainha Vermelha brada para Alice que para se chegar a algum lugar é necessário correr o dobro. Por outro lado, questiona-se: quantos planetas Terra seriam necessários para que alcançássemos esse modelo universalista de desenvolvimento econômico?

Em 1972 o Clube de Roma já advertia sobre esta questão no “Os Limites do Crescimento” (*The Limits to Growth*): um alerta para o colapso dos recursos naturais, das sociedades e do sistema econômico caso tal tipo de desenvolvimento se concretizasse (MEADOWS, 1972).

Até meados de 1970, debates amparados nas chamadas alternativas de desenvolvimento, suscitando noções associadas à sustentabilidade, transcorreram paralelamente ao processo de desenvolvimento econômico de nações mais abastadas, tais como os Estados Unidos da América (EUA), algumas nações europeias recuperadas do pós-guerra e posteriormente o Japão (NIEDERLE; RADOMSKY, 2016).

Dentre os momentos mais representativos dessa discussão podem ser citados, de forma geral, além da reunião do Clube de Roma já mencionada, a Conferência de Estocolmo da ONU em 1972, no qual há a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a introdução da noção de “ecodesenvolvimento”, que acaba fenecendo e sendo ocupada pelo “desenvolvimento sustentável” (URTEAGA, 2008).

Vale ressaltar ainda o Relatório de Brundtland de 1987, quando o adjetivo “sustentável” se efetiva enquanto ideia para rever e qualificar o desenvolvimento. A Rio-92 (em 1992) merece destaque pela sua conhecida Agenda 21, composta por variadas metas internacionais para lidar com os problemas ambientais. Já a Rio+10 em 2002 foi organizada para rever os compromissos estabelecidos em 1992 e, no entanto, devido ao contexto político econômico da época marcado por

crise financeira e dificuldades de segurança ocasionadas no pós-11 de setembro de 2001, acabou sendo um evento limitado a resultados inconsistentes (NIEDERLE; RADOMSKY, 2016).

É importante frisar que várias foram as bases teóricas do conceito de “desenvolvimento sustentável” construído pelo Relatório de Brundtland, permitindo diferentes abordagens para interpretá-lo (FREITAS et al, 2012).

De acordo com Freitas e colaboradoras (2012), a concepção que prevaleceu no relatório seria a “ecológico-tecnocrata de planejamento”, na qual linhas como “ecodesenvolvimento”, “economia ecológica” e a postura biocêntrica da “*deep ecology*” estariam inclusas.

Por outro lado, Vizeu et. al (2012) ressaltam que o desenvolvimento sustentável acabou configurando-se como uma forma ideológica do capitalismo tardio. Alguns autores adeptos da corrente pós-desenvolvimentista (REDCLIFT, 1987; LATOUCHE, 2007; LANG, 2016) ressaltam a carência de críticas substantivas ao padrão de produção capitalista carregado pelo modelo dominante de desenvolvimento sustentável.

Latouche (2007) aponta que, independente dos adjetivos dados, o objetivo do desenvolvimento é essencialmente “o crescimento econômico, a acumulação de capital com todos os efeitos positivos e negativos que conhecemos: concorrência sem piedade, crescimento sem limites marcado pelas desigualdades, pilhagem sem atender à natureza” (LATOUCHE, 2007, p. 21).

E afinal, desenvolvimento para quem? A realidade que este termo enuncia (MONTENEGRO, 2012) parece expressar-se no consumo de luxo de uma minoria dos países da América Latina, os chamados “Nortes de cada Sul” (ESTEVA, 2009), aprofundando a concentração de renda, as desigualdades sociais e legitimando a degradação dos recursos naturais, como já se discute desde Furtado (1974).

Dessa maneira, os governos – de qualquer tendência ideológica – acabaram promovendo não as alternativas, mas sim precisamente o “desenvolvimento” capitalista/moderno/ocidental, e, no caso dos progressismos, um modelo de gestão da mudança que colocava o Estado no centro da ação e desativava a sociedade. Com isso, reforçaram uma cultura política paternalista e patriarcal, instalada na América Latina desde a Colônia (LANG, 2016 pág. 37).



É uma corrida que não se cessa. Essa busca imposta revela em seu cerne a reorganização da lógica da colonialidade, produzindo novas formas de controle e exploração dos territórios (MIGNOLO, 2008).

Como Alice, parecemos estafados e imersos na ressaca do “desenvolvimento” e seus incontáveis adjetivos, atrás de uma meta que nunca se atinge, por mais que se tente sair do lugar. Porém, com o agravante de que a realidade vivida neste “espelho invertido” (ESTEVA, 1996, pág. 25), ao contrário do entorno de Alice que aparenta o mesmo, reflete devastação ambiental, étnica, cultural e social que o eco das promessas do desenvolvimento sustentável não parece capaz de dar conta.

Os Planos de Desenvolvimento Sustentável<sup>1</sup> continuam recaindo sobre as comunidades locais com suas superficialidades, sua “construção inédita do futuro” (ALMEIDA, 1996) e múltiplas contradições, com a insistência do caminho linear que tem como referência um estilo de vida aparentemente decadente. Pelo menos é o que parecem dizer as altas taxas de suicídio em países ditos desenvolvidos e que são potências econômicas, como Noruega, Dinamarca, Austrália e Estados Unidos (DALY et al., 2011).

Se Alice, que a despeito de sua idade e aparente ingenuidade, não se subjugava às insanidades da rainha, também os povos do Sul não o fazem. A América Latina através do “espelho invertido da realidade de outros” (ESTEVA, 1996 apud LANG, 2016, pág. 25) reflete sua própria identidade, e expressa resistência à esteira capitalista que mercantiliza o não-mercantilizável e descarta o plural.

Neste paralelo entre Alice, corridas, espelhos, realidades invertidas e desenvolvimentos, cujas teorias não serão esgotadas aqui, transitamos entre lógicas dominantes em distintos períodos da história; e que remetem a reflexões mais profundas sobre outras racionalidades que permaneceram à margem desses processos e que podem ser (re)conhecidas e fortalecidas.

---

<sup>1</sup> Pode-se citar dentre eles o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná, cujas críticas ao caráter hegemônico de suas propostas e às fraquezas metodológicas foram discutidas por autoridades locais e regionais, consultores, analistas técnicos, estudantes e população local; e estão dispostas nas “Carta de Matinhos” (<http://www.litoral.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2018/08/Carta-de-Matinhos-II-F%C3%B3rum-de-Pesquisas-Desenvolvimento-Territorial-PDS-em-Debate.pdf>) e “Carta de Paranaguá” ([http://www.ppgdts.ufpr.br/wp-content/uploads/2019/07/Carta-de-Paranagu%C3%A1\\_Maio-2019.pdf](http://www.ppgdts.ufpr.br/wp-content/uploads/2019/07/Carta-de-Paranagu%C3%A1_Maio-2019.pdf)).

É um ponto de partida para pensar qual desenvolvimento desejamos, se rechaçamos este conceito e principalmente: a partir de quais vozes podem ser traçados outros caminhos?

Para Boaventura de Sousa Santos (SANTOS, 2007, pág. 03), o “pensamento abissal”, no caso, o pensamento moderno ocidental, produz distinções visíveis e invisíveis entre “deste lado da linha” e “outro lado da linha”, sendo que aquilo que há do outro lado da linha torna-se radicalmente invisibilizado: torna-se inexistente.

No que se refere ao campo do conhecimento, as chamadas “linhas abissais” traçam uma separação e promovem o apagamento de variadas formas de conhecer:

Refiro-me aos conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses, ou indígenas do outro lado da linha. Eles desaparecem como conhecimentos relevantes ou comensuráveis por se encontrarem para além do universo do verdadeiro e do falso (SANTOS, 2007 pág. 05).

Uma vez que a ciência se insere em um determinado contexto histórico, ela é construída social e culturalmente no tempo e no espaço, não estando imune à racionalidade dominante (SANTOS, 2008). Pelo contrário, a própria ciência moderna ocidental se consagrou como razão universal e unicamente verdadeira a partir de perspectivas dominantes (SANTOS, 2008).

Diante disso, tantos saberes propagados como globais levaram ao silenciamento de povos e culturas das mais diversas em detrimento de uma razão etnocêntrica e eurocêntrica, perpetuando suas ausências nos territórios e na produção do conhecimento (SANTOS, 2008).

É o que explicita Santos (2008) ao referir-se à Sociologia da Ausências, discutindo as formas e práticas que levaram e levam à invisibilização social. Por outro lado, Santos (2008) evoca a Sociologia das Emergências para tratar das alternativas e epistemologias compromissadas com a revalorização de conhecimentos plurais que ficaram à margem do paradigma dominante, e podem ser balizadas pela ecologia de saberes (SANTOS, 2008).

Trata-se de uma ecologia porque assenta no reconhecimento da pluralidade de saberes heterogêneos, da autonomia de cada um deles e da articulação sistêmica, dinâmica e horizontal entre eles. A ecologia de saberes assenta na independência complexa entre os diferentes saberes

que constituem o sistema aberto do conhecimento em processo constante da criação e renovação. O conhecimento é interconhecimento, é reconhecimento, é autoconhecimento (SANTOS, 2006 pág. 157).

Do ponto de vista do fazer ciência, como trazer à tona tais experiências alternativas soterradas pela hegemonia capitalista e suas diversas ramificações? Existe um papel da e do cientista no que se refere aos esforços de reconhecer as ausências e catalisar essas novas emergências?

Diante do espelho de minha existência e de minha atuação profissional também me vejo presa em visões hegemônicas “deste lado da linha” da ciência (e por que não da vida) que nos é apresentado como único, linear e verdadeiro. Parte de um processo de formação muitas vezes acrítico, nos vemos repetindo visões de mundo incompatíveis com a Ecologia dos Saberes, correndo sem sair do lugar, no entanto, com um sentimento de ausência.

É essencial enfatizar que não se trata de negar a ciência, mas sim de reconhecê-la no constante compromisso de construção de um futuro participativo (SANTOS, 2007).

É próprio da natureza da ecologia de saberes constituir-se através de perguntas constantes e respostas incompletas. Aí reside a sua característica de conhecimento prudente. A ecologia de saberes capacita-nos para uma visão mais abrangente daquilo que conhecemos, bem como do que desconhecemos, e também nos previne para que aquilo que não sabemos é ignorância nossa, não ignorância em geral (SANTOS, 2007 pág. 34).

O sentimento de incompletude pode ser convertido em novos desafios, como é o convite ao pensamento complexo de Edgar Morin (2007), que busca incorporar aos domínios da ciência clássica uma postura de reconectar as ligações que são podadas pelo pensamento simplificador e cartesiano, respeitando as distintas dimensões dos fenômenos sociais e naturais, bem como suas interligações.

Essas proposições podem ser encontradas, por exemplo, nos fundamentos da etnoconservação, modelo de gestão que se apoia na análise crítica da conservação praticada no Brasil até então, e sugere alternativas mais democráticas e participativas aliadas aos conhecimentos tradicionais (DIEGUES, 2019).

Abre-se, desta forma, não só um outro lado oculto do espelho, mas sim um caleidoscópio de teorias, de diversidade de epistemologias (FLORIANI, 2013) e de complexidade que permanecera encoberto pelo reducionismo científico com o qual somos condicionados a pensar desde crianças.

O desafio de ser uma bióloga enveredando por caminhos interdisciplinares me incita a vestir outros óculos, e não só aprender a enxergar através deles, como tentar reconhecer suas lacunas e potencialidades.

Mais do que isso, requer desfazer-se da ilusória imparcialidade científica, deixar de lado a frieza, o academicismo, o cientificismo, mantendo o rigor da lógica e a paixão, como nos inspira Manoel Bonfim (1938) na apresentação de sua obra, ainda atual.<sup>2</sup>

É nesta inquietação que se desenvolve o presente trabalho. Um desassossego que se iniciou com novas leituras, novas trocas, novos erros e novas incompletudes, às vezes incompreendidas, mas que certamente são parte de um coerente fazer-ciência que não se cessa, como a corrida de Alice, mas dessa vez, com um olhar positivo sobre o compromisso da constante busca pelo conhecimento emancipador<sup>3</sup>.

Diante desse espectro que se abriu frente a mim com estudos, debates e produções das disciplinas no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADe) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), percorri o caminho de aproximar as fronteiras entre as abordagens de *bem-estar* que estão historicamente presentes nas discussões sobre o desenvolvimento e seu aliado, o crescimento econômico, trazendo as reivindicações das comunidades tradicionais como detentoras de visões próprias de um bem-estar que destoa das hegemonias estruturais.

A intenção inicial do projeto de dissertação seria aplicar uma metodologia de avaliação do bem-estar na pesca artesanal do litoral do Paraná, a partir de instrumentos já descritos e operacionalizados na literatura sobre o assunto.

Por meio do levantamento bibliográfico, acessei a abordagem tridimensional do bem-estar social elaborado pelo Grupo de Estudos sobre Bem-

---

<sup>2</sup> BONFIM, Manoel. América Latina: males de origem. Rio de Janeiro: Editora H. Garnier, Livreiro-editor, 1938 [1905].

<sup>3</sup> Faço referência aqui ao 'conhecimento-emancipação' proposto por Santos (2000) como uma trajetória constituída entre um ponto de ignorância caracterizado pelo colonialismo, em direção ao ponto chamado de "solidariedade".

Estar em Países em Desenvolvimento (*Research Group on Wellbeing in Developing Countries - WeD*) da Universidade de Bath, no Reino Unido.

Sistematizado no livro “Teorizando o bem-estar no desenvolvimento internacional” (*Theorising wellbeing in international development*) (GOUGH & MCGREGOR, 2007), tem sido considerado promissor em estudos sobre o bem-estar da pesca artesanal e políticas de gestão da pesca em alguns países tratados “em desenvolvimento”<sup>4</sup>, como Bangladesh, Etiópia, Peru e Tailândia (COULTHARD; JOHNSON; MCGREGOR, 2011).

Seria então desenvolvido um estudo aplicado para o contexto da pesca artesanal do litoral do Paraná, a partir da adaptação das ferramentas metodológicas<sup>5</sup> desenvolvidas pelo WeD para compreender as facetas que englobam o bem-estar.

No entanto, apesar de ser algo comum, replicar um modelo como o do WeD em uma realidade tão específica como é a da pesca artesanal no Brasil e no litoral do Paraná não é o mais apropriado em uma pesquisa que minimamente se propõe a rever as bases científicas excludentes nas quais podem estar assentadas variadas práticas metodológicas.

Ficou evidente, então, a importância de um cuidado metodológico minucioso, principalmente quando se tratam de sujeitos de pesquisa vulnerabilizados e que tanto já tiveram seus conhecimentos apropriados pela ciência de forma verticalizada e sem a devida ética, como já relatado em outros estudos no litoral do Brasil (SANTOS; MARTINS; MASCARELLO, 2019).

Destaco aqui o contexto das comunidades pesqueiras, sem com isso, restringir os cuidados éticos a esses grupos, mas por considerar as especificidades que envolvem suas lutas em diferentes espaços de participação e de seus questionamentos quanto aos modos de fazer pesquisa.

É importante frisar que no litoral do Paraná esforços têm sido empenhados na elaboração de protocolos de consulta condizentes com as normativas relacionadas aos povos e comunidades tradicionais. Um exemplo disso é

---

<sup>4</sup> Aqui relembro as contribuições pós-desenvolvimentistas (ESCOBAR, 1988; LANG, 2016) que rechaçam rótulos como “subdesenvolvidos”, ou no caso “em desenvolvimento” para designar países do Sul global, pois atuam como formas de subversão das relações dos seres humanos entre si, e com a natureza. “Em desenvolvimento” nos remete, ainda, à ideia de caminhos lineares e uniformes impostos à sociedade, como preconiza o darwinismo social.

<sup>5</sup> Disponíveis em <http://www.bath.ac.uk/soc-pol/welldev/research/methods-toobox/toolbox-intro.htm>

Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná (MOPEAR), que junto ao o Centro de Estudos do Mar (CEM) da UFPR desenvolveu um protocolo consonante com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para analisar a viabilidade de implementação da modalidade de pesca tradicional do cerco fixo<sup>6</sup>.

Ao se distanciar da pretensão de universalizar e sendo coerentes com metodologias que considerem a autonomia, a cultura, as histórias e os pleitos dos interlocutores da pesquisa, é possível se aproximar dos valiosos preceitos trazidos pela Convenção nº 169 da OIT.

Por exemplo, o item I do artigo 7º que se refere a “primeiro, o direito do grupo definir o que quer, o que quer para si, ou seja, de definir suas prioridades quaisquer que sejam; e, secundamente, o direito de participar de todas discussões que lhes possam afetar direta ou indiretamente.” (NETO, 2007 pág. 49)

De fato, trouxe comigo essa cautela e até o receio de realizar um trabalho de campo junto aos povos tradicionais do Brasil, numa constante preocupação enquanto cientista, de apropriação de abordagens metodológicas e também enquanto compreensão de seus modos de vida tão simples e ao mesmo tempo tão repletos de subjetividades.

São perspectivas novas e desafiadoras para uma bióloga orientada por algumas concepções limitadas, como o Mito da Natureza Intocada<sup>7</sup>, e ainda adentrando os campos de conhecimento das ciências sociais e humanas. Desta forma, o caminho para uma abordagem interdisciplinar consistente não pode ser trilhado num curto espaço de tempo, correndo o risco de reforçar antigas estruturas hegemônicas e excludentes.

Diante desse desafio e a partir da análise preliminar das ferramentas supracitadas do WeD compreendidas à luz das Epistemologias do Sul, das abordagens sobre desenvolvimento, da ética da pesquisa que considera os

---

<sup>6</sup> Reportagem disponível em <https://www.ufpr.br/portalufpr/noticias/ufpr-participa-de-seminario-para-discutir-protocolo-de-consulta-as-comunidades-tradicionais-em-pesquisas/>

<sup>7</sup> Esse mito estrutura-se em uma contraditória ideologia preservacionista que concebe a natureza como o ideal do paraíso perdido, da beleza primitiva e cênica, sem intervenção humana, e acabou pautando grande parte do processo de criação de áreas protegidas nos países do Terceiro Mundo (DIEGUES, 1996).

protocolos de consulta em andamento no litoral do Paraná e do tempo disponível<sup>8</sup> para realização dos levantamentos de dados primários, optei em não realizar um trabalho de campo.

Principalmente o tempo escasso não permitiria a constituição de laços de confiança (conhecidos como *rapport*) para compor um robusto modelo de investigação vinculado ao bem estar e para compreender a realidade complexa do Litoral do Paraná (comunidades pesqueiras nas ilhas, associadas ao mar aberto, da diversidade de pescarias, etc.).

A motivação da produção acadêmica muitas vezes entra em conflito com os objetivos de uma ciência coerente e contra hegemônica, revelando resistências nas formas de ser cientista e também na arte da escrita. E é por via desta última que escolhi pautar este trabalho, confiando nas palavras o ensejo de mudanças socioambientais profundas que vejo despontar num horizonte mais além.

De todo modo, reconheço as lacunas de saberes, contatos, vozes e diálogos que são tão importantes em qualquer pesquisa qualitativa, e que não estiveram presentes como rotina deste estudo.

Ciente disso, ressalto aqui a importância do “um passo atrás” como uma forma de repensar as subjetividades de povos tradicionais não para satisfazer objetivos de pesquisa, mas sim como um compromisso científico na construção de abordagens emancipatórias, a partir de epistemologias mais plurais.

Assim, adentrando na linha de pesquisa de “Usos e Conflitos dos Ambientes Costeiros”, trago o bem estar e a qualidade de vida para o contexto da pesca artesanal, buscando sistematizar as abordagens em torno das pesquisas realizadas no Brasil.

Procurro, por fim, transitar pelas potencialidades assumidas pelos povos e comunidades tradicionais, no caso, pescadores e pescadoras artesanais, marisqueiros e marisqueiras, catadores e catadoras do Brasil, a fim de reunir uma plataforma conceitual e metodológica pertinente para pesquisas futuras.

---

<sup>8</sup> Considero aqui o tempo de um ano para realização da pesquisa em campo, após a conclusão dos créditos do mestrado no primeiro ano (2018) e a concepção do projeto de pesquisa (início de 2019).



## 2 INTRODUÇÃO

*(...) a final de cuentas, el ‘desarrollo’ sólo significaba aceptar una definición universal de la buena vida que, además de inviable, carecía por completo de sentido (ESTEVA, 2009 pág. 3).*

O bem-estar (BE) é um conceito presente em reflexões e debates que remontam à Idade Antiga (NOGUEIRA, 2002; MUÑOZ, 2018), sendo a questão da satisfação humana, compreendida como bem-estar, qualidade de vida, dentre outros termos, considerada tão ancestral como os próprios seres humanos (NOGUEIRA, 2002).

Aristóteles (apud RIU; MORATÓ, 1996) inclusive já ressaltava que “o bem é o princípio do ser e a verdade das coisas, não podendo ser universal e absoluto” (NOGUEIRA, 2002).

Desde o século XX, a abordagem econômica tem sido a mais predominante em torno do bem-estar<sup>9</sup>, constituída na ordem social orientada pelas forças do mercado e pelo crescimento econômico (MUÑOZ, 2018), expressa por indicadores gerais, como o Produto Interno Bruto (PIB) e estendendo a ideia de desenvolvimento econômico à dimensão humana de desenvolvimento (GOUGH; MCGREGOR; CAMFIELD, 2007).

Nesse contexto, o conceito de desenvolvimento recaiu aos países do Sul global como a rota mais certa para se alcançar o bem-estar dos indivíduos, tendo como principais premissas o progresso social, o bem-estar social e o crescimento econômico (MUÑOZ, 2018).

*Passaram-se sete décadas desde que se prometeu ao Sul que, por meio do “desenvolvimento”, este poderia participar do modo de vida dos países industrializados do Norte. Um acesso ao consumo praticamente ilimitado, combinado com uma carreira profissional individual autogerida. Isso tudo nos foi vendido como a essência da qualidade de vida (LANG, 2016 pág. 27).*

Em termos de medidas de análise, não é novidade que o predomínio de tal noção e seus indicadores revelaram uma série de inadequações, fruto das limitações para avaliar o bem-estar e, conseqüentemente, para pautar políticas

---

<sup>9</sup> Aqui neste trabalho, denominarei essa forma hegemônica como “bem-estar ocidental”.

públicas não só da pesca, mas também de outros setores (HERCULANO, 2000; MCGREGOR & ALLISTER, 2007; WEERATUNGE et al., 2014).

Inclusive, a própria metodologia do PIB se revelou incoerente por contabilizar como atividades econômicas ações ambientalmente degradantes e imorais, tais como desmatamentos, demolições, empresas de prostituição e de tráfico infantil (HERCULANO, 2000).

Ainda que os níveis de renda das pessoas sejam parâmetros fundamentais na formulação de políticas públicas, estes devem ser considerados como parte de um conjunto maior de dimensões e particularidades que englobam a vida de variadas sociedades e indivíduos (GIACOMELLI; MARIN; FEISTEL, 2017).

Assim, a cultura do “bem-possuir” (LATOUCHE, 2012) preconizada pelo sistema capitalista como busca ideal para a realização pessoal e coletiva não apenas corrompeu as aspirações humanas de uma boa vida, como também invisibilizou outras concepções que fogem do consumismo e do uso desenfreado dos recursos naturais.

À margem desta cultura hegemônica e suas análises, permaneceram obscuros diversos “bem-estares” (se é que podemos denomina-los assim), sabedorias indígenas, caiçaras, quilombolas e de tantos outros povos.

E afinal, após dois séculos de crescimento e aumento exponencial da produção de bens, deveríamos então estar absolutamente felizes e com altos níveis de bem-estar, mas não é o que temos vivenciado (LATOUCHE, 2012).

No contexto da pesca artesanal, pescadores e pescadoras resistem e mantêm seus modos de vida num complexo cenário de usos, conflitos socioambientais e territórios degradados com formas próprias de organização social e cujo vínculo com o território e os recursos naturais é fundamental para sua manutenção e reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica (DIEGUES, 1983; BRASIL, 2014; MAFRA, 2018).

Diante disso, questiona-se: pode a lente do bem-estar contribuir para evidenciar e fortalecer as dinâmicas sociais, culturais e econômicas dos pescadores e pescadoras artesanais no Brasil? Como essas visões de vida podem ser compreendidas pela ótica científica? Quais as potencialidades e os hiatos entre o conhecimento tradicional e o conhecimento científico no que tange ao bem-estar na pesca artesanal?

À medida que a crise socioambiental avança também sobre os recursos pesqueiros, é importante considerar os pescadores e suas organizações como centrais na discussão em torno da sustentabilidade, questão fundamental na mitigação ou exacerbação desta crise (POMEROY, 1995; WIBER et al., 2004).

Em que se pese a pesca artesanal como um modo de vida cuja continuidade vem sendo constantemente ameaçada (ANDRIGUETTO-FILHO et al., 2006; ONOFRE; ANTIQUERA & QUADROS, 2018), há de se conhecer as diferentes percepções e compreender em quais processos essas pessoas se apoiam para atingir um nível de bem-estar, assegurando que haja liberdade para trilhar os caminhos que levam a ele e condições favoráveis para que se perpetue.

Reforça-se, desta forma, a necessidade de mobilizar um arcabouço teórico-metodológico que amplie as discussões no âmbito da pesca artesanal, a partir do protagonismo das comunidades tradicionais e do direito de determinar as próprias rotas, como preconizam as normativas relacionadas a esses grupos sociais, tal qual a Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais (OIT, 2011).

Ressalto, no entanto, as lacunas das intervenções e ferramentas metodológicas que não abarcam as subjetividades da experiência e cosmovisões dos povos e do território, intencionalmente desqualificando modos de vida que destoam dos padrões hegemônicos, (re)produzindo ausências e (re)demarcando as linhas abissais que negam suas resistências (SANTOS, 2007; LACERDA, 2016).

Para tanto, os debates sobre bem-estar parecem se encaixar na busca por interpretações mais abrangentes (CAMFIELD et al., 2009), que pretendem estabelecer um espaço para as próprias vozes dos povos e comunidades tradicionais e sobre como suas vidas podem ser compreendidas.

Mas não o bem-estar ocidental, uniformizante, e sim as reivindicações de tais grupos sobre sua própria forma de conceber uma boa vida.

Quantas concepções sobre uma vida boa de ser vivida podem existir fora dos discursos que consagram o crescimento econômico ou o consumo material como indicativos de bem-estar, carregado, dentre outras formas, pelo desenvolvimentismo (LANG, 2016)?

Seria o “bem-estar” na visão de pescadores e pescadoras artesanais uma ponte para aportes mais ricos de subjetividades que destoam das lógicas uniformizantes e que agregam à globalização contra hegemônica (SANTOS, 2007)?

Sendo este um modo de vida invisibilizado, como a ciência pode apreender experiências tão subjetivas e únicas?

Longe de responder a essas perguntas com certezas e cientes da incompletude do conhecimento, trago aqui algumas discussões em torno do conceito de bem-estar e qualidade de vida focadas em compreendê-lo à luz das epistemologias do Sul.

Considero a importância de demonstrar “a escritura do outro” (MORAES, 2017, pág.71), ideais e modos de conceber a vida que permaneceram “do outro lado da linha” (SANTOS, 2007, pág. 21) e foram consideradas inexistentes e incompreensíveis pela hegemonia das construções sociais modernas.

Diante do exposto, este estudo pretendeu, a partir do levantamento bibliográfico, compreender a abordagem de bem-estar e qualidade de vida (QV) a partir de abordagens presentes na literatura e que de algum modo focam seu olhar sob essa perspectiva.

Busquei elucidar questões fundamentais que podem interferir no bem-estar de pescadores e pescadoras artesanais no Brasil e as potencialidades que podem ser identificadas a partir de cada estudo levantado na pesquisa bibliográfica.

Pensar nos aspectos relacionais e subjetivos que compõem a vida das pessoas de comunidades pesqueiras é uma forma de aproximar a diversidade cultural, seus saberes tradicionais, anseios e angústias.

É avaliar criticamente como se concebem as pesquisas científicas e nas formas de pensar a produção de conhecimento, buscando reconhecer as ausências presentes e emergências necessárias para o estabelecimento de pesquisas com marcos conceituais condizentes com as reivindicações de uma linha de pensamento emancipatória (SANTOS, 2007).

### 3 OBJETIVOS

Os objetivos deste trabalho situam-se em três pontos: (1) mapear e categorizar as pesquisas em torno de abordagens de bem-estar e qualidade de vida para a pesca artesanal no Brasil, procurando evidenciar as metodologias, os marcos teórico-normativos utilizados nestes tipo de análise, bem como as contribuições que podem ser levantadas a partir de tais categorizações sistemáticas; (2) identificar de que forma as diversas dimensões da pesca artesanal têm sido tratadas nas pesquisas de bem estar e qualidade de vida e suas implicações para os povos e comunidades tradicionais, a fim de reunir uma plataforma conceitual e metodológica pertinente para pesquisas futuras; (3) correlacionar o debate em torno do conceito de bem-estar previsto nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) a partir de aportes como Santos (2007; 2008) e perspectivas latino americanas como Lang (2016), Quijano (2013), Lander (2010) e Burch (2010).

## 4 METODOLOGIA

Este trabalho foi elaborado a partir da pesquisa exploratória sobre o bem-estar e a qualidade de vida na pesca artesanal a fim de obter um diagnóstico e estruturar o conhecimento referente ao tema, partindo da pesquisa de material elaborado (GIL, 2002).

A pesquisa bibliográfica foi considerada não somente como o primeiro passo da pesquisa científica (LAKATOS & MARKONI, 2003) desta dissertação, mas como premissa para colocar em perspectiva os métodos e abordagens que têm sido articulados nos estudos sobre bem-estar (BE) e qualidade de vida (QV) na pesca artesanal do Brasil.

Deste modo, para a revisão sistemática da bibliografia foram utilizadas combinações de descritores de busca no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a partir do acesso via CAFE (Comunidade Acadêmica Federada) como estudante da Universidade Federal do Paraná, utilizando a aba de “Buscar Assunto” e a opção de “Pesquisa Avançada”.

Como critérios de pesquisa, estabeleceu-se a combinação de duas palavras-chave de busca diferentes, sendo elas: “bem-estar” (descriptor primário) e “pesca artesanal” (descriptor secundário); e “qualidade de vida” (descriptor primário) e “pesca artesanal” (descriptor secundário); além do filtro “periódico revisados por pares”, aceitando-se publicações de qualquer ano e idioma.

O termo *qualidade de vida* foi adicionado como um descriptor de busca para aumentar o espectro de pesquisas que se aproximam de variáveis do *bem-estar*, ambos inclusive considerados termos sinônimos (VEENHOVEN, 2000).

A pesquisa desenvolveu-se entre os meses de abril a novembro de 2019, sendo que partir de tais critérios previamente definidos, iniciaram-se as análises para busca do tema de interesse.

A seleção dos periódicos ocorreu conforme apresentassem em seus resumos ou palavras-chave as temáticas que estão ligadas a análises de alguma dimensão do bem-estar, constatando a presença dos termos “bem-estar”, “qualidade de vida”, associados à “pesca artesanal” e/ou “pescadores(as)

artesanais”, mesmo que indiretamente<sup>10</sup> e descartando aqueles que não atendiam à essa demanda. Em periódicos que não continham resumos, foi analisada a introdução.

Após concluída esta etapa, foram obtidos dezoito (18) artigos, os quais estão apresentados na seção seguinte (seção 5.3).

O método de leitura e interpretação da literatura selecionada deu-se com base na Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016), destacando as principais contribuições para o debate sobre bem-estar e pesca artesanal no que se refere a: i) o principal enfoque discutido; ii) metodologia e instrumentos utilizados; iii) os marcos teóricos presentes e a iv) localização dos campos de conhecimento dos autores e áreas de estudo das pesquisas.

A partir dessa investigação, foram identificadas características em comum de cada produção, permitindo sua categorização temática (BARDIN, 2016) de acordo com as abordagens metodológicas adotadas e os temas abordados. Os artigos foram numerados de um a dezoito, sendo tal numeração utilizada nos procedimentos de análise e elaboração das categorias.

Este tipo de classificação permitiu visualizar as principais vertentes que têm sido vinculadas às variáveis de bem-estar e qualidade de vida da pesca artesanal no Brasil.

Com isso, foram estabelecidas sete categorias: (1) Indicadores de Qualidade de Vida; (2) Perfil Socioeconômico; (3) Perspectivas Subjetivas; (4) Políticas Públicas Pesqueiras; (5) Saúde do(a) Trabalhador(a) e Alimentação; (6) Dinâmicas de Gestão e (7) Questões de Gênero, que estão detalhadas a seguir:

#### Categoria 1: Indicadores de Qualidade de Vida

Nesta categoria foram agrupados os artigos cuja metodologia de investigação envolve a aplicação de instrumentos descritos na literatura (ANEXOS 3 e 4) para avaliar a qualidade de vida e/ou o bem-estar de pescadores e pescadoras artesanais, compostos por questionários que analisam diversos domínios, tais como o ambiental, o social, o de governança e o psicológico.

---

<sup>10</sup> Como realizado por Weeratunge et al. (2014) no levantamento de sobre abordagens de bem-estar na pesca artesanal.



### Categoria 2: Perfil Socioeconômico

Nesta categoria estão reunidas as produções que em suas abordagens metodológicas procuraram levantar aspectos essencialmente socioeconômicos de pescadores e pescadoras artesanais em alguma localidade; tais como idade, escolaridade, renda mensal, condições de moradia, composição familiar, além de dados como os instrumentos utilizados, tipo de pescaria, espécies capturadas e comercialização dos pescados/coletados.

### Categoria 3: Perspectivas Subjetivas

Nesta categoria estão contidos os estudos que, para além dos levantamentos socioeconômicos, trazem como instrumentos metodológicos entrevistas de caráter subjetivo, abrangendo aspectos coletivos e individuais, como percepções perante a conflitos, depressão, identidade social e conhecimentos tradicionais.

### Categoria 4: Políticas Públicas Pesqueiras

Esta categoria engloba apenas um artigo, cuja metodologia envolveu o levantamento e a análise de políticas públicas e projetos associados à viabilização do desenvolvimento da pesca artesanal local.

### Categoria 5: Saúde do(a) Trabalhador(a) e Alimentação

Nesta categoria foram reunidos artigos com metodologias focadas em compreender a qualidade de vida relacionada com a saúde, destacando aspectos como segurança alimentar, boas práticas de higiene, perfil alimentício de comunidades pesqueiras e a saúde física do e da pescadora artesanal.

### Categoria 6: Dinâmicas de Gestão

Esta categoria inclui os artigos que apresentam metodologias associadas à análise de dinâmicas de gestão da pesca mais integradas e participativas, tal qual a gestão compartilhada e que remetem à aspectos da qualidade de vida dos pescadores e pescadoras associados à gestão dos recursos pesqueiros e à sua conservação.

### Categoria 7: Questões de Gênero

Esta categoria abarca os artigos que trazem no bojo de suas metodologias a perspectiva de gênero para o contexto da pesca artesanal, destacando a relevância do papel feminino no setor pesqueiro e as situações de exclusão das pescadoras artesanais.

## 5 A PESCA ARTESANAL NO BRASIL SOB A LENTE DO BEM-ESTAR E DA QUALIDADE DE VIDA

### 5.1 As produções científicas: alguns elementos para compreender o panorama brasileiro

As dezoito produções científicas encontradas neste estudo podem ser visualizadas no Quadro 1, que contém seus respectivos títulos, a revista onde foram publicadas e a referência bibliográfica de cada uma. Com o intuito de facilitar a categorização delineada na metodologia, cada artigo foi numerado e rearranjado de acordo com a categoria em que está inserido, como sintetizado no Quadro 2.

Ainda que haja certa arbitrariedade em classificar cada uma das produções em domínios “fechados” (BARDIN, 2016), principalmente por serem temas complementares e relacionados entre si, esse mapeamento permite distinguir as principais vertentes que têm situado direta ou indiretamente as variáveis de bem-estar (BE) e qualidade de vida (QV) na pesca artesanal no Brasil.

Observando o Quadro 2 é possível constatar que dentre os dezoito trabalhos encontrados, dois abordam como metodologia *Indicadores de Qualidade de Vida*, três trazem características relacionadas ao *Perfil Socioeconômico*, três com *Perspectivas Subjetivas* de pescadores e pescadoras; um aborda sobre *Políticas Públicas Pesqueiras*, três perpassando pela Saúde do(a) Trabalhador(a) e Alimentação, três discutem sobre *Dinâmicas de Gestão* e três tratam das *Questões de Gênero* na pesca artesanal.

Referente ao panorama brasileiro, esta pesquisa demonstrou que o bem-estar e a qualidade de vida como ferramentas de análise da pesca artesanal ainda se encontram incipientes, assim como mencionado por Weeratunge e colaboradores (2014) em relação ao contexto internacional.

Isso porque a organização por categorias possibilitou perceber que o enfoque específico em condicionantes do bem-estar e da qualidade de vida e o uso de metodologias direcionadas a compreendê-los estiveram presentes em apenas dois estudos, 1 e 6, dos autores e autoras Machado & Piccolo (2018) e Silva et al. (2019), respectivamente, conforme demonstra o Quadro 2.

Quadro 1 – Artigos provenientes do levantamento bibliográfico referente ao bem-estar, qualidade de vida e pesca artesanal no Brasil, contendo o título, a revista e a respectiva referência.

| Nº | Título  | Revista                                    | Referência                       |
|----|---|--|----------------------------------|
| 1  | As Condições para Se Viver e a Qualidade de Vida dos Pescadores do Perequê/Guarujá, São Paulo, Brasil: Uma abordagem Quali-quantitativa   | <i>Interciência</i>                        | MACHADO & PICCOLO, 2018          |
| 2  | Aspectos Socioeconômicos das Associações da Colônia De Pescadores e Aquicultores do Município De Apodi – RN   | <i>Holos</i>                               | VALE & COSTA, 2018               |
| 3  | Aspectos Socioeconômicos e Percepção Ambiental dos Catadores de caranguejo-uçá <i>Ucides cordatus cordatus</i> (L. 1763) (Decapoda, Brachyura) do Estuário do Rio Mamanguape, Nordeste do Brasil. | <i>Interciência</i>                        | ALVES & NISHIDA, 2003            |
| 4  | Conhecimento Tradicional das Marisqueiras de Barra Grande, Área de Proteção Ambiental do Delta do Rio Parnaíba, Piauí, Brasil   | <i>Ambiente &amp; Sociedade</i>            | FREITAS et al., 2012             |
| 5  | Dinâmicas do Sistema de Gestão na Reserva Extrativista de Canavieiras, Bahia, Brasil: Análise da Robustez Institucional   | <i>Journal of Latin American Geography</i> | DUMITH, 2014                     |
| 6  | Factors Associated with Perceived Quality of Life in Artisanal Fishermen: A Cross-sectional Study   | <i>BMC Research Notes</i>                  | SILVA et al., 2019               |
| 7  | Formação para Marisqueiras em Segurança de Alimentos e Saúde do Trabalhador: Uma Experiência na Comunidade de Ilha do Paty, Bahia, Brasil   | <i>Ciência e Saúde Coletiva</i>            | NÓBREGA et al., 2014             |
| 8  | Gênero e Participação Política: A Experiência da Rede de Mulheres Pescadoras do Sul da Bahia  | <i>Revista Ártemis</i>                     | FIGUEIREDO, 2015                 |
| 9  | Gestão Compartilhada do Uso de Recursos Pesqueiros no Brasil: Elementos para um Programa Nacional   | <i>Ambiente &amp; Sociedade</i>            | SEIXAS et al., 2011              |
| 10 | Gestão Compartilhada e Comunitária da Pesca no Brasil: Avanços e Desafios   | <i>Ambiente &amp; Sociedade</i>            | KALIKOSKI; SEIXAS.; ALMUDI, 2009 |
| 11 | Hábitos Alimentares e Uso dos Recursos Naturais em Comunidades Pesqueiras de Ilha Comprida/SP, Brasil   | <i>Interciência</i>                        | MOSCHIN; RAMIRES; PRIOLLI, 2018  |
| 12 | Identidade Social e Dores da Alma entre Pescadores Artesanais em Itaipu, RJ   | <i>Ambiente &amp; Sociedade</i>            | BARBOSA, 2004                    |
| 13 | Impactos Socioambientais Gerados aos Pescadores da Comunidade Ribeirinha de Bonsucesso- MT pela Construção da Barragem de Manso   | <i>Holos</i>                               | VALENTINI, et al., 2011          |
| 14 | Pescadoras Artesanais/Marisqueiras: Análise do Impacto da Funcionalidade e Incapacidade de Membros Superiores sobre a Qualidade de Vida relacionada com a Saúde                                   | <i>Ciência e Saúde Coletiva</i>            | MÜLLER, et al., 2017             |
| 15 | Pescadoras e pescadores: A Questão da Equidade de Gênero em uma Reserva Extrativista Marinha  | <i>Ambiente &amp; Sociedade</i>            | DI CIOMMO, 2007                  |
| 16 | Pescarias Artesanais em Comunidades Ribeirinhas na Amazônia Brasileira: Perfil Socioeconômico, Conflitos e Cenário da Atividade   | <i>Ambiente &amp; Sociedade</i>            | LIMA; DORIA; FREITAS, 2012       |
| 17 | Políticas Públicas e Capital Humano para o Desenvolvimento Local da Pesca Artesanal   | <i>Holos</i>                               | FERRAZ & ARRAIS, 2014            |
| 18 | Voz da Natureza e da Mulher na RESEX de Canavieiras-Bahia-Brasil: Sustentabilidade Ambiental e de Gênero na Perspectiva do Ecofeminismo   | <i>Revista Estudos Feministas</i>          | DO CARMO, 2016                   |

Fonte: A autora (2020)

Nesse mesmo contexto, Weeratunge e demais autores (2014) apresentaram as potencialidades das variadas lentes analíticas do bem-estar, discutindo sobre suas principais linhas de pensamento e estruturas de análise (*frameworks*), elencando pesquisas desenvolvidas com cada uma delas no âmbito da pesca artesanal. Apresentaram as abordagens de: Economia da Felicidade, Pobreza e Desenvolvimento, Capacidades, Gênero, Direitos Humanos, Modos de vida Sustentáveis, Vulnerabilidade, Capital social e o Bem-estar Social (WEERATUNGE et al., 2014).

Quadro 2 – Categorização temática dos artigos

| <b>Categoria</b>                             | <b>Artigos</b> |
|--|----------------|
| 1 – Indicadores de Qualidade de Vida         | 1 e 6          |
| 2 – Perfil Socioeconômico                    | 2, 3 e 16      |
| 3 – Perspectivas Subjetivas                  | 4, 12 e 13     |
| 4 – Políticas Públicas Pesqueiras            | 17             |
| 5 – Saúde do(a) Trabalhador(a) e Alimentação | 7, 11 e 14     |
| 6 – Dinâmicas de Gestão                      | 5, 9 e 10      |
| 7 – Questões de Gênero                       | 8, 15 e 18     |

Fonte: A autora (2020)

Todas essas abordagens tratam da questão do bem-estar humano, mas cada uma se concentra em aspectos diferentes, embora relacionados, do bem-estar (GOUGH; MCGREGOR; CAMFIELD, 2007) e possuem pontos fortes específicos que são úteis para diferentes finalidades no contexto da pesca (WEERATUNGE et al., 2014).

Por exemplo, em um nível comunitário, os esforços para entender o sentido que as pessoas dão ao seu próprio bem-estar, de acordo com seus contextos locais, foram balizados medindo a “felicidade subjetiva”, como em Pollnac e Poggie (2008); e também por meio do bem-estar social do grupo WeD (COULTHARD; JOHNSON; MCGREGOR, 2011).

Já em um nível nacional, a abordagem das capacidades (*capabilities*) permitiu gerar índices que abrangem conceitos de bem-estar além do material, assim como a economia da felicidade tem sido bem sucedida em pesquisas globais que comparam a satisfação com a vida (WEERATUNGE et al., 2014).

Nesse sentido, a seguir são discutidos alguns conceitos e indicadores de BE e QV.

## *5.2 Transitando por conceitos e alguns indicadores*

O bem-estar é um tipo de conceito “guarda-chuva” que traz consigo diversas definições (GOUGH; MCGREGOR; CAMFIELD, 2007) e, mesmo sendo amplamente empregado na literatura, com frequência é usado de maneira vaga e tende a ser fracamente conceituado (STEDMAN et al., 2004). Por ser uma categoria de análise relativamente recente, ainda é difícil atingir um consenso sobre seu significado (HONDERICH, 2005).

Ao avaliar a relevância das perspectivas do bem-estar contemporâneo, alguns autores destacam, por um lado, a importância e abrangência do termo pela capacidade de transmitir uma amplitude e profundidade de significados, mas é também um conceito contestado, dado que seu significado e conteúdo são influenciados por contextos sociais, políticos e culturais específicos, quem está usando e por quê (CAMFIELD et al., 2009).

Na era moderna pós Segunda Guerra Mundial, as concepções dominantes de bem-estar estiveram voltadas essencialmente para o crescimento econômico e para a posse e o controle de recursos materiais (GOUGH; MCGREGOR; CAMFIELD, 2007; MCGREGOR, 2008). Confinada a uma visão utilitarista de bem-estar, a economia era a área do conhecimento que mais dominava as discussões em torno de uma boa vida (NOGUEIRA, 2002).

A crítica a esse modelo de análise ganhou destaque nas análises do economista ganhador do prêmio Nobel, Amartya Sen (GOUGH; MCGREGOR; CAMFIELD, 2007). Sen desempenhou um papel essencial no estudo sobre pobreza e desenvolvimento, argumentando, em linhas gerais, que relacionar renda com desenvolvimento humano é uma forma de confundir um meio (a dimensão material) com fins mais básicos (as necessidades humanas) (SEN, 1999).

A partir do trabalho de Amartya Sen, inauguraram-se novas formas de conceber o desenvolvimento e de avaliar, mensurar e quantificar o bem-estar humano (GOUGH; MCGREGOR; CAMFIELD, 2007). Várias são as contribuições em torno da elaboração de indicadores que permitam captar as diversas dimensões da vida de uma pessoa (HERCULANO, 2000), e que ofereçam um quadro mais próximo da realidade para pautar políticas públicas, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o mais recente Indicador de Bem-Estar para Povos Tradicionais (IBPT) apresentado por Acosta (2013) e aplicado com comunidades ribeirinhas da Amazônia (LACERDA & ACOSTA, 2017).

E é nesse contexto que entra a relevância do enfoque no bem-estar, pois permite uma aproximação entre as ciências sociais, o debate sobre desenvolvimento, os discursos políticos (GOUGH; MCGREGOR; CAMFIELD, 2007), sendo ao mesmo tempo desafiador no campo da pesquisa interdisciplinar.

Gough e McGregor (2007) trazem uma revisão de conceitos, teorias e metodologias para o estudo do bem-estar em países “em desenvolvimento”, como já apresentado anteriormente no Prefácio. A partir deste levantamento conceitual, reuniram e articularam os quatro principais grupos de pensamento sobre desenvolvimento e conceitos de bem-estar, adotados por países e agências de desenvolvimento (GOUGH & MCGREGOR, 2007).

Estas foram: i) teorias da necessidade humana; ii) "desenvolvimento como liberdade" de Amartya Sen; iii) as estruturas de participação e modos de vida; e iv) o trabalho da Psicologia Social no bem-estar subjetivo (GOUGH & MCGREGOR, 2007). Demonstraram, ainda, que as tentativas de fugir do economicismo em análises de bem-estar ramificaram-se em três abordagens: Necessidades Humanas, Recursos e Qualidade de Vida (GOUGH & MCGREGOR, 2007).

Outros autores, por sua vez, deixaram de lado o termo “bem-estar” para germinar alternativas conceituais que tragam outros valores: “o conhecimento, o reconhecimento social e cultural, os códigos de condutas éticas e inclusive espirituais na relação com a sociedade e a Natureza, os valores humanos, a visão do futuro, entre outros” (GUDYNAS, 2011 pág. 01). Ainda que o bem-viver esteja apoiado em cosmovisões dos povos andinos, é considerado que as fontes de inspiração em torno dessa proposta podem vir de várias vozes do saber tradicional (GUDYNAS, 2011).



O Bem-viver e seus discursos renovam as críticas às bases conceituais do desenvolvimento, do crescimento econômico e seus indicadores de bem-estar convencionais. Propõe, desta forma, uma mudança radical no modo como a natureza é interpretada e valorizada, incorporando ainda à qualidade de vida virtudes como a reciprocidade, a liberdade e a boa convivência em comunidade (GUDYNAS, 2011).

Por fim, cabe aqui aceitar a pluralidade de princípios que se abrem em torno de termos relacionados a uma boa vida de se viver, evidenciando a importância de conhecer as concepções que as pessoas constroem, os resultados que alcançam e também os processos em que se engajam para chegar a esses resultados (COULTHARD; JOHNSON; MCGREGOR, 2011).

Na próxima seção estão detalhados os dezoito artigos selecionados, por categoria, e quais contribuições podem ser estruturadas a partir deles para a realidade da pesca artesanal brasileira.

### *5.3 As Categorias Temáticas: Componentes de um Cenário Complexo*

Dentro da categoria de *Indicadores de Qualidade de Vida* estão dois artigos, a saber, 1 e 6, conforme consta com maiores detalhes na Figura 1 e também anteriormente no Quadro 2. O *artigo 1* traz as contribuições de Machado e Piccollo (2018) sobre a comunidade pesqueira de Perequê, em Guarujá, São Paulo (SP), comparando aspectos subjetivos da satisfação de vida dos pescadores com a visão de um representante do poder público. A pesquisa utilizou o referencial metodológico proposto por D'Agostini e Fantini (2008), a partir de um algoritmo para obter o Índice de Qualidade das Condições para se Viver (IQCV) e o Índice de Qualidade de Vida (IQV). O IQCV resulta como uma expressão do produto entre um Índice de Condições Sociais (ICSo), um Índice de Condições Econômicas (ICEc) e um Índice de Condições Ambientais (ICAm), derivado das condições avaliadas em seus respectivos aspectos. Por sua vez, um IQV resultará de um Índice de Satisfação Social (ISSo), um Índice de Satisfação Econômica (ISEc) e um Índice de Satisfação Ambiental (ISAm) (D'AGOSTINI & FANTINI, 2008). As autoras adicionaram a esses atributos a variável de governança (Índice de Satisfação Institucional/Governança-ISG), definindo 54 aspectos avaliados em cada dimensão

(ANEXO 4), segundo as diretrizes do documento de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável<sup>11</sup> (IBGE, 2015).

Estes aspectos foram categorizados como perguntas aos pescadores e ao técnico, com respostas qualitativas pontuadas no intervalo de 1 a 10. Aos pescadores, as perguntas relacionaram-se à satisfação ou insatisfação de suas necessidades acerca dos aspectos das dimensões, ao passo que ao técnico, ao invés da satisfação, foram qualificadas as condições de vida na comunidade (MACHADO E PICCOLLO, 2018). As autoras concluíram ressaltando a necessidade de um modelo de gestão pesqueira local mais participativo, que envolva o compartilhamento de saberes e responsabilidades. Frisam também a abrangência satisfatória do método utilizado quantos aos aspectos que têm sido propostos nos protocolos de avaliação de qualidade de vida, que permitiu emergir dimensões prioritárias na elaboração e execução de políticas públicas (MACHADO E PICCOLLO, 2018).

No *artigo 6*, Silva e demais colaboradores (2019) trazem contribuições pioneiras sobre pescadores e pescadoras artesanais das colônias Itaobi, Z-10, Parque Sucupira e Colônia de Pescadores de Miracema do Tocantins (COPEMITO) no estado do Tocantins (TO), localizadas ao redor da bacia hidrográfica do rio Tocantins. No esforço de analisar a percepção da qualidade de vida e os fatores ligados a ela, investigaram a associação entre características socioeconômicas e demográficas, cronótipo (predisposição biológica), percepção de estresse e nível de atividade física com a percepção de QV (SILVA et al., 2019). A pesquisa utilizou os instrumentos de Classificação Econômica foi avaliada através do Questionário da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP)<sup>12</sup>, os Critérios de Classificação Econômica Brasileira (CCEB), a Escala de Percepção de Estresse (EPS-10) (ANEXO 1) e o Questionário Internacional de Atividade Física (QIAF) versão 8, formulário curto e semana normal (ANEXO 2).

A percepção da QV foi avaliada por meio do instrumento desenvolvido e validado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), denominado Questionário Abreviado de Qualidade de Vida da Organização Mundial da Saúde, em inglês como WHOQOL-bref (*World Health Organization Quality of Life*), composto por 26 facetas, divididas

---

<sup>11</sup> Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94254.pdf>.

<sup>12</sup> Disponível em <http://www.abep.org/criterio-brasil>.

em quatro domínios da qualidade de vida, que são físicos, psicológicos, relações sociais e meio ambiente (ANEXO 3). Concluem o estudo abordando que os principais fatores associados a uma menor percepção da qualidade de vida na pesca artesanal, como estresse e fadiga, estão relacionados a aspectos que podem ser aprimorados com baixo custo e fácil implementação de políticas públicas, como melhoria do acesso ao esgoto sanitário, ampliação da cobertura do Programa de Saúde da Família e manutenção de políticas de redistribuição de renda (SILVA et al., 2019).

Já na categoria de *Perfil Socioeconômico* estão os artigos 2, 3 e 16. No *artigo 2*, Vale & Costa (2018) partem da perspectiva do espaço geográfico para analisar as condições de vida e de trabalho e elaborar um perfil socioeconômico da Colônia de Pescadores e Aquicultores do município de Apodi, no Rio Grande do Norte (RN), localizada às margens da barragem de Santa Cruz. As entrevistas foram conduzidas com perguntas referentes a idade, escolaridade, renda mensal, condições de moradia, composição da família, além de dados sobre a atividade pesqueira, a espécie de peixe capturada, a administração das associações e da colônia, bem como perguntas concernentes às adversidades vividas e perspectivas de melhoria para o setor pesqueiro.

Com os dados analisados, os autores apontam para uma intensificação das problemáticas econômicas e sociais vividas pelos pescadores, relevando por outro lado as resistências para darem continuidade a este modo de vida. Concluem com a relevância do estudo para compreensão sobre a pesca e pescadores de áreas não-litorâneas, cujos estudos são escassos; também ressaltam a necessidade de políticas de gestão alinhadas ao incentivo da atividade e o reconhecimento do pescador como sujeito social (VALE & COSTA, 2018).

O *artigo 3* buscou caracterizar o perfil socioeconômico dos catadores de caranguejo-uçá de quatro comunidades, Camurupim, Tramataia, Marcação e Jaraguá, do estuário do rio Mamanguape, o segundo maior do estado da Paraíba (PB), no Nordeste do Brasil. Os autores aplicaram entrevistas abertas e realizaram observações de campo, levantando dados como nível de renda, condições de moradia, composição familiar e escolaridade, além de informações sobre produção, comercialização e interação dos catadores com o ambiente. Os dados levantados apontam para uma fragilidade socioeconômica dessas famílias, parte de um contexto maior de invisibilização social (ALVES & NISHIDA, 2003).

Figura 1 – Mapeamento das abordagens relacionadas ao bem-estar e à qualidade de vida na pesca artesanal no Brasil.



Fonte: A autora (2020).

Os autores destacam que a integração dos catadores com o ambiente do mangue pode ser uma alternativa de conservação do sistema ecológico e dos estoques de caranguejo-uçá, que tem demonstrado diminuição. Assim, reforçam que a melhoria da qualidade de vida das famílias de catadores contribuiria para a conservação da espécie de caranguejo, sendo importante resguardar seu associativismo, garantir um bom nível de renda não só em períodos de seguro-defeso e também o acesso a direitos trabalhistas. E por fim, apontam para soluções apoiadas em processos de gestão participativa, que trazem benefícios sociais e ambientais (ALVES & NISHIDA, 2003).

O *artigo 16* objetivou caracterizar o perfil socioeconômico dos pescadores e a atividade pesqueira na porção média da bacia do rio Madeira, no estado de Rondônia (RO), precisamente em São Carlos do Jamari e Calama, localidades que seriam afetadas socioambientalmente pela construção de duas grandes barragens para implantação das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau<sup>13</sup> (LIMA; DORIA; FREITAS, 2012).

Lima, Doria e Freitas (2012) utilizaram em suas abordagens entrevistas com questões sobre número de pessoas e número de pescadores por família, escolaridade, idade, a prática da atividade pesqueira (individual, familiar ou em grupo), o tempo que atuam na pesca, participação em entidades, formas de comercialização, atividades econômicas complementares desenvolvidas e rendimento médio mensal. Foram feitas também reuniões coletivas e a construção de mapas mentais junto aos pescadores (LIMA; DORIA; FREITAS, 2012). As autoras demonstram que o pescado nas comunidades tradicionais observadas possui relevância para a subsistência e comercialização, assim como para o componente social. As organizações dos pescadores são essenciais para a redução de conflitos, sendo que as autoras concluem que estudos deste tipo são importantes para subsidiar o gerenciamento dos recursos pesqueiros (LIMA; DORIA; FREITAS, 2012).

---

<sup>13</sup> A Usina Hidrelétrica de Santo Antônio foi concluída em 2017, encontra-se em operação e é considerada a quarta maior hidrelétrica do Brasil, conforme consta no site de Furnas, disponível em <https://www.furnas.com.br/santoantonio/?culture=pt>. Já a Usina Hidrelétrica de Jirau encontra-se em implantação, de acordo com empresa responsável Energia Sustentável do Brasil, disponível em <https://www.esbr.com.br/a-usina>. Uma breve busca revelou a persistência de conflitos, como relata a reportagem de março de 2019 da Agência Nacional das Águas, disponível em <https://www.ana.gov.br/noticias-antigas/rondonia-santo-antonio-e-jirau-se-engalfinham-na.2019-03-15.3826217019>.

Na categoria *Perspectivas Subjetivas* estão contidos os artigos 4, 12 e 13. O *artigo 4* busca levantar informações sobre o perfil socioeconômico, o conhecimento sobre a mariscagem e modos de pensar, com o intuito de valorizar o conhecimento tradicional das marisqueiras da comunidade de Barra Grande, localizada no município de Cajueiro da Praia, parte setentrional do estado do Piauí (PI). As autoras utilizaram questionários estruturados e semiestruturados, com questões acerca da atividade de mariscagem, conceitos de conservação e aspectos socioeconômicos, no esforço de compreender os modos de pensar das marisqueiras e o contexto em que ocorre a cata dos moluscos. Também foram realizadas observações diretas do processo de coleta dos moluscos (FREITAS et al., 2012).

Freitas e demais autoras (2012) relatam que o conhecimento tradicional das marisqueiras é compatível com o conhecimento acadêmico relacionado ao molusco *Anomalocardia brasiliana* (Gmelin, 1791), ressaltando a importância do diálogo entre diferentes tipos de conhecimentos para a gestão pesqueira. Também frisam a necessidade de programas de proteção e redução de riscos inerentes ao trabalho, como o que ocorre pela alta exposição ao sol por parte das marisqueiras, direito garantido pela Constituição Federal de 1988. Destacam ainda a necessidade de melhorias no saneamento básico e coleta de lixo, assim como um diálogo maior das instituições para com estas comunidades, como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), desconhecido pela comunidade. Por último, destacam os potenciais benefícios com a criação de uma associação de marisqueiras, podendo valorizar seu trabalho e viabilizar seu crescimento e a comercialização dos moluscos e de outros produtos (FREITAS et al., 2012).

O *artigo 12* apresenta a dimensão subjetiva relacionada à identidade social de pescadores artesanais da Colônia Z-7, em Itaipu, Niterói, Rio de Janeiro (RJ), contrastada com quadros de sofrimento psíquico como depressão, síndrome do pânico dentre outros, denominado no estudo como “dores da alma” (BARBOSA, 2004). A pesquisa envolveu a identificação dos problemas mais relevantes que são entraves para a qualidade de vida da comunidade, segundo relatos dos moradores; abordagem sistemática para elaboração de um instrumento que contemple as especificidades da região; identificação de moradores que possuem diagnóstico de sofrimento psíquico, transtornos mentais, depressão (dores da alma) realizado por profissionais de saúde dos serviços básicos locais; abordagem específica a esses moradores e entrevistas com os profissionais de saúde que atendem a região nas



unidades básicas e nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) (BARBOSA, 2004).

Dentre os depoimentos e das histórias reunidas no estudo, a autora elenca as principais dificuldades vivenciadas em Itaipu: “lixo, pouca participação política; excesso de pessoas em decorrência do turismo, provocando problemas com pessoas que são estranhas à comunidade” (BARBOSA, 2004 pág. 120). Mas é na dimensão da identidade social que a autora dá o enfoque à abordagem das “dores da alma”. A partir da história do pescador Nilo, Barbosa (2004) ressalta três elementos: (i): o medo e o risco que envolvem a pesca; (ii): as questões de saúde relacionadas à vida do pescador, como as somatizações que surgem em meio às adversidades experienciadas; (iii) as crises e interações que ocorrem como consequências desse processo de vulnerabilização; (iv) as dificuldades ao acesso à direitos trabalhistas por parte de pescadores, como a aposentadoria; (v) a instabilidade econômica da vida do pescador; (v) e a importância de encontrar meios para o resgate da identidade social. A autora conclui com a constatação de uma “qualidade de vida degradada” dos pescadores, que só poderá ser superada por meio do reconhecimento dos sofrimentos psíquicos no contexto em que ocorrem, no caso, as comunidades tradicionais de pescadores artesanais. A autora destaca, ainda, que é indispensável ir ao encontro das necessidades das pessoas de acordo com seus próprios termos, assumindo o controle de suas próprias vidas para alcançar a qualidade de vida (BARBOSA, 2004).

O *artigo 13* analisou, junto aos alunos do Curso Técnico Integrado em Meio Ambiente do Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT), os impactos socioambientais sofridos pela comunidade ribeirinha de Bonsucesso, Mato Grosso (MT) devido à construção da barragem de Manso. As autoras utilizaram entrevistas semiestruturadas com questões fechadas e/ou abertas, referentes aos dados socioeconômicos da pessoa e ao patrimônio imaterial da pesca. Foi realizada ainda uma mesa redonda com o tema: “Usina de Manso e Recursos Pesqueiros no Rio Cuiabá”, na qual estiveram presentes pescadores do distrito de Bonsucesso, o chefe do Parque Nacional do Pantanal e um representante de Furnas. Além disso, foi feita uma visita técnica à Usina Hidrelétrica de Manso e o Lago de Manso formado pela barragem pelos mesmos alunos do curso técnico, mediada pelo representante de Furnas (VALENTINI et al., 2011).

Segundo dados obtidos pelas autoras, a pesca artesanal no rio Cuiabá tem importância tanto para a sobrevivência dos ribeirinhos quanto para a preservação de tradições passadas de pai para filho. Os pescadores entrevistados apontam para a construção da Usina de Manso como possível causa da redução drástica dos peixes no local, que os deixou em situação precária. A possibilidade de alteração do ciclo de vida de peixes já havia sido alertada por Ferraz de Lima (1986/87) antes mesmo da construção da barragem. O representante de Furnas aponta a Usina como responsável pela diminuição dos estoques pesqueiros, mas também a má qualidade do saneamento básico na região, que afeta o rio Cuiabá. As autoras concluem com uma imprescindível descentralização na gestão dos recursos hídricos, conforme previsto por lei, a partir da criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas no estado de Mato Grosso (VALENTINI et al., 2011).

Já a categoria de *Políticas Públicas Pesqueiras* traz apenas o *artigo 17*, que procura identificar e analisar as políticas públicas de extensão pesqueira para o desenvolvimento local no Município de Porto de Pedras, Alagoas (AL). Para isso, busca compreender o capital humano da Colônia de Pescadores Z-25 perante os projetos tecnológicos focados na pesca artesanal propostos por políticas públicas. Assim, para localizar e examinar as políticas públicas de Extensão Pesqueira os autores definiram a natureza, o conteúdo temático e a abrangência dos beneficiados das políticas públicas, no caso, os pescadores artesanais (FERRAZ & ARRAIS, 2014).

Identificaram entre 2003 e 2009 quatro políticas públicas de extensão pesqueira para o desenvolvimento local do município de Porto de Pedras, a cargo de duas instituições, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário do Estado de Alagoas (SEAGRI) e o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). São os seguintes projetos: Projeto Ostricultura em Porto de Pedras (SEAGRI-AL), Projeto Fábrica de Gelo (MPA), Projeto Caminhão Frigorífico (MPA) e Projeto Cozinha Comunitária (MPA). Foram realizadas também entrevistas com pescadores da Colônia Z-25. Os autores concluem que as políticas para o desenvolvimento de Porto de Pedras, no tocante à realidade da pesca, desconsideraram o aspecto do capital humano, tal qual a autonomia desses povos tradicionais, detentores de visões e não apenas passivos às demandas dos órgãos públicos. Por fim, Ferraz e Arrais (2014) sugerem que estes órgãos reduzam a fragilidade do capital humano da cidade estabelecendo parcerias com o Ministério



da Educação (MEC) a fim de oferecer formação específica para os pescadores, bem como priorizem o financiamento de tecnologias para inserção destes no mercado de consumo.

A categoria de *Saúde do(a) Trabalhador(a) e Alimentação* engloba os artigos 7, 11 e 14. O *artigo 7* descreve uma experiência de formação para marisqueiras conduzida junto à comunidade pesqueira São Francisco do Conde, de Ilha do Paty, Bahia (BA), como uma ação para promoção da saúde e da segurança alimentar. A partir de um estudo de intervenção, desenvolveram atividades de: sondagem de temas, sensibilização, observação da rotina de trabalho das marisqueiras, curso de boas práticas no beneficiamento de mariscos e roda de conversa. Utilizaram como metodologias a exposição dialogada, dinâmica de grupos, oficinas, teatro, uso de imagens, atividades dirigidas e distribuição de materiais didáticos (DA NÓBREGA et al., 2014).

As autoras registraram satisfação do público-alvo para a maioria dos indicadores de avaliação dos participantes em relação às experiências e metodologias. Procuram demonstrar, desta forma, as possibilidades do desenvolvimento de atividades educativas junto a comunidades de pesca em relação a melhorias no beneficiamento dos mariscos, à promoção da saúde e da segurança alimentar por meio da construção coletiva didáticos (DA NÓBREGA et al., 2014). Da Nóbrega e demais autoras (2014) reafirmam a necessidade de melhoria no modelo de intervenção, sugerindo a continuidade do estudo para melhorias da segurança dos produtos alimentícios e da qualidade de vida das pessoas envolvidas.

O *artigo 11* objetivou analisar os hábitos alimentares de três comunidades caiçaras, Juruvaúva, Pedrinhas e Ubatuba, do município de Ilha Comprida, que é localizado dentro dos limites do Estuário de Iguape e Cananéia, São Paulo (SP), analisando o uso e a interação com os recursos naturais por estas comunidades por meio de suas dietas. Para levantamento dos dados, obtiveram consentimento dos integrantes das famílias; utilizaram o método “bola de neve”, sendo que as questões das entrevistas continham informações sobre o perfil socioeconômico do entrevistado de cada localidade; e para acompanhamento da dieta foi realizado um recordatório alimentar de 24 horas sobre os principais itens do almoço e do jantar dos entrevistados (MOSCHIN; RAMIRES; PRIOLLI, 2018).

Os autores constataram que o arroz, o feijão e o pescado são os principais constituintes da dieta das comunidades, com a inserção de alimentos industrializados em algumas comunidades, possivelmente devido ao acesso a centro comercial local. Assim, concluem que o acompanhamento da dieta caiçara é uma boa forma de estimar a diversidade de recursos naturais em Ilha Comprida, bem como permite refletir sobre hábitos alimentares, qualidade de vida, estado nutricional, subsistência, saúde e sustentabilidade dos indivíduos (MOSCHIN; RAMIRES; PRIOLLI, 2018).

O *artigo 14* teve como finalidade analisar a incapacidade e a funcionalidade de membros superiores e verificar sua associação com a qualidade de vida relacionada com a saúde de pescadoras artesanais de Saubara, localizada no interior, próximo à foz do rio Paraguaçu, na região do Recôncavo Baiano, Bahia (BA). Para tanto, realizaram um estudo epidemiológico de corte transversal, com 209 pescadoras artesanais, utilizando questionários estruturados para obter informações sociodemográficas e sobre comorbidades; para avaliação dos membros superiores foi utilizado o instrumento de *Disabilities of the Arm, Shoulder and Hand (DASH)* (ANEXO 5 – Versão traduzida) e para compreender a qualidade de vida relacionada utilizaram o questionário *Medical Outcomes Study 36-Item Short-Form Healthy Survey (SF-36v01)* (ANEXO 6 – Versão traduzida) (MÜLLER et al., 2017).

Os resultados obtidos pelas autoras indicam que a presença de distúrbios musculoesqueléticos (DME) nos membros superiores tem influência direta nos valores do instrumento DASH e nos escores do SF-36v01, além da correlação negativa obtida entre o DASH e os aspectos do SF-36v01. As autoras explicam que a capacidade funcional, a dor e os aspectos sociais afetam negativamente a funcionalidade dos membros superiores, assim como as atividades cotidianas e de trabalho das pescadoras artesanais (MÜLLER et al., 2017). Por fim, Müller et al. (2017) esclarecem que, a longo prazo, a presença de doença crônica e a falta de intervenção e reabilitação dessas pescadoras levam a casos de incapacidade.

A categoria de *Dinâmicas de Gestão*, por sua vez, contém os artigos 5, 9 e 10. O *artigo 5* pretendeu investigar a gestão socioecológica no território da Reserva Extrativista (RESEX) de Canavieiras, localizada nos municípios de Canavieiras, Belmonte e Uma, Bahia (BA), sendo constituída por extensa porção de manguezais, rios e pequenas ilhas costeiras, de forma que nestas moram e/ou pescam os pescadores. Assim, o propósito foi analisar o grau de robustez dessa Unidade de

Conservação (UC). Para compreender aspectos do sistema socioecológico foi utilizada a Teoria dos Commons e o conceito de cogestão adaptativa. Para a análise institucional do arranjo “RESEX”, a autora utilizou a estrutura do *Institutional Analysis and Development* (IAD) (ANEXO 7). Os informantes chave foram os pescadores mais antigos que moram em Canavieiras e os representantes das instituições que constituem o Conselho Deliberativo da RESEX Canavieiras, entrevistados com questionários semiestruturados (DUMITH, 2014).

Os questionários aplicados eram semiestruturados e foram elaborados com o intuito de investigar sobre os entrevistados aspectos como: seu envolvimento com o setor pesqueiro; entendimento sobre o que é uma gestão compartilhada; percepção do que é uma RESEX; conhecimento acerca do tema comunidades extrativistas tradicionais; efetividade (ou falta de) da RESEX Canavieiras para manutenção dos modos de vida tradicionais e para preservação dos recursos pesqueiros; satisfação ou não com as regras em uso; principais conflitos intra/inter comunidades e/ou instituições; e formas e locais de resolução dos mesmos. Houve também a observação participante com os diversos atores da pesquisa (DUMITH, 2014). Dumith (2014) constatou que as principais divergências entre os atores locais e entre si com os atores externos são devidas a políticas públicas ineficientes, bem como distintos interesses econômicos, por exemplo, carcinicultura e turístico. A autora relata ainda a rejeição da RESEX por parte da administração pública municipal de Canavieiras, já que a localidade não pode receber grande empreendimentos para dar continuidade ao modelo de desenvolvimento econômico vigente. Há também conflitos com o ICMBio que impõem barreiras ao planejamento de ações territorialmente sustentáveis. Por fim, a autora afirma que esses e outros conflitos afetam a robustez institucional de tal RESEX, mas que ainda assim tem sido germinadas algumas ações para dinamizar a pesca artesanal, fruto de laços de cooperação e confiança dessas comunidades (DUMITH, 2014).

No *artigo 9* os autores e autoras apresentaram um estudo do perfil da gestão compartilhada no Brasil e a possibilidade de agregar à conservação dos recursos pesqueiros e à melhoria da qualidade de vida das comunidades de pescadores artesanais. Assim, o artigo tem o objetivo de difundir os resultados do exercício realizado por 30 pessoas, dentre acadêmicos, pesquisadores e técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA) na oficina “Gestão Compartilhada de Recursos

Pesqueiros no Brasil”, realizada em Tamandaré (PE) em 2006. A oficina buscou a construção de um programa nacional em gestão compartilhada do uso de recursos pesqueiros no Brasil, composto por projetos de pesquisa-ação que podem contribuir para a incorporação da gestão compartilhada em políticas públicas (SEIXAS et al., 2011).

Na oficina foram selecionados 12 estudos de caso em distintos contextos e níveis de implementação da gestão compartilhada do uso de recursos pesqueiros, bem como um programa regional (ProVárzea/IBAMA) e do Plano Nacional de Áreas Protegidas. Desta forma, foram identificados: (i) os fatores impulsionadores e as dificuldades enfrentadas na gestão compartilhada; e (ii) linhas de pesquisa e ações para subsidiar a construção de um Programa Nacional de Gestão Compartilhada do Uso de Recursos Pesqueiros. Os participantes da oficina elencaram vários fatores que favoreceram o desenvolvimento da gestão compartilhada nos estudos de caso, como o aumento da organização e a capacitação das comunidades e suas respectivas instituições, amplo conhecimento ecológico tradicional, territorialidade, dentre outros. A partir das discussões estabelecidas, concluem que todas as linhas de pesquisa e ação tem sua importância no contexto geral, sendo fundamental que um programa de abrangência nacional abarque todas elas e de forma integrada, sendo esta iniciativa embrionária para a maturação de ações mais efetivas (SEIXAS et al., 2011).

O *artigo 10*, último desta categoria, traz uma revisão de experiências de arranjos institucionais de co-gerenciamento no Brasil, evidenciando os desafios e oportunidades para a implementação da gestão compartilhada da pesca. Como metodologia, foi realizada a análise e a revisão bibliográfica de 116 trabalhos relacionados ao co-gerenciamento e à gestão comunitária. A partir disso, as autoras elaboraram cinco mapas para cada região do Brasil ilustrando os processos de gestão comunitária e compartilhada, além de onde tem ocorrido processos para a criação ou implementação de RESEX ou de reservas de desenvolvimento sustentável (KALIKOSKI; SEIXAS; ALMUDI, 2009).

As autoras constataram que regimes de gestão compartilhada da pesca estão sendo criados na zona costeira e em áreas interiores no Brasil, sendo que os principais entraves estão associados à implementação e manutenção ao longo do tempo. Ressaltam também a heterogeneidade das comunidades de pescadores e pescadoras costeiras e do interior do Brasil, o que reflete em arranjos diferenciados

de co-gestão. Por fim, frisam a importância de preparar os agentes governamentais para viabilizar institucionalmente tais processos, o que requer mudanças em sistemas de valores e de comportamento (KALIKOSKI; SEIXAS; ALMUDI, 2009).

Na sétima categoria, *Questões de Gênero*, estão presentes as produções 8, 15 e 18. O *artigo 8* traz sobre a articulação política de pescadoras da RESEX de Canaveiras, Bahia (BA), e que são integrantes da Rede de Mulheres Pescadoras do Sul da Bahia. A metodologia da autora envolveu o levantamento de dados bibliográficos; levantamento de dados secundários em órgãos públicos, instituições de pesquisa e ensino, além de organizações não governamentais (ONGs); coleta de dados por meio de questionários e entrevistas, a partir da participação em eventos, como seminários, encontros e discussões estaduais e nacionais sobre pesca artesanal e gênero (FIGUEIREDO, 2015).

Segundo Figueiredo (2015), a Rede de Mulheres abrange seis municípios do sul da Bahia: Belmonte, Una, Canaveiras, Ilhéus, Itacaré e Cabrália, sendo que a iniciativa e a estrutura de tal projeto não foram encabeçadas pelas pescadoras, de forma que a principal meta é guiá-las para a autonomia de realizarem seus próprios projetos e reuniões a partir da organização comunitária de pescadoras. Nas oficinas desenvolvidas as pescadoras relataram uma gama de prioridades a serem desenvolvidas, como creches nas comunidades, salário maternidade, auxílio-doença, dentre outros. Segundo relatos das pescadoras nas entrevistas, a existência da Rede tem contribuído para a qualidade de vida das pescadoras, sendo que a autora ressalta conquistas quanto aos direitos trabalhistas das pescadoras. No entanto, ainda há um caminho a percorrer no que tange às instâncias decisórias da pesca artesanal e de liderança feminina, necessidades que podem ser catalisadas pela Rede analisada no estudo (FIGUEIREDO, 2015).

O *artigo 15* possui o objetivo de promover a participação feminina nas reuniões fomentadas pelas Associações de Pescadores e de Nativos da RESEX, especificamente as pescadoras da Reserva Extrativista Marinha da Ponta do Corumbau (RESEX Corumbau), localizada na Costa do Descobrimento, ao sul da Bahia (BA) e criada como fruto das reivindicações de sustentabilidade por parte dos pescadores artesanais locais. Desta forma, em 2004 foram feitos encontros com os moradores de cinco comunidades, a saber: Caraíva, Aldeia Indígena Barra Velha,

Corumbau, Embassuaba e Cumuruxatiba. Foi realizado o Diagnóstico Participativo com Enfoque de Gênero – DPEG<sup>14</sup> para compreender o ponto de vista feminino no manejo de tal área protegida, informando o desejo de conhecer melhor as condições de vida das famílias locais. Ainda, foram utilizadas ferramentas do DPEG para coletar informações sobre “Divisão do Trabalho”, o “Uso do Tempo”, a “Análise de Acesso e Controle sobre Recursos, Serviços, Benefícios e Mobilidade”, no contexto da pesca artesanal local (DI CIOMMO, 2007).

Di Ciommo (2007) constatou que Associações de Pescadores ou reuniões com a administração da RESEX são frequentadas em sua maioria por homens. O diagnóstico mostrou-se favorável em dar voz e evidenciar necessidades de mulheres marginalizadas do processo político, no entanto, a autora ressalta que nem tudo é possível de ser pesquisado ou expresso, como as relações de gênero e de poder estabelecidas ao longo de um lento processo. Uma conquista relatada pela autora foi a criação de Seções Femininas dentro das Associações de Pescadores, voltadas para a defesa dos interesses das pescadoras e seus dependentes. Ressalta-se, assim, a importância da participação continuada na administração das RESEX com vias de promover a equidade de gênero, a melhoria da qualidade de vida dos moradores e a conservação dos ecossistemas (DI CIOMMO, 2007).

Por fim, o *artigo 18* pretende analisar a relação entre a natureza e a mulher na Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras (RESEX Canavieiras), situada no estado da Bahia (BA), orientada por abordagens ecofeministas. Para tanto, os autores utilizaram a pesquisa bibliográfica, bem como dados fornecidos pelo Relatório do Projeto Capacitação e Fortalecimento da Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas do sul da Bahia (2010-2011). Houve ainda coleta de dados em campo, estabelecendo contato com as pescadoras por intermédio do Serviço de Referência dos Direitos da Mulher (SER-Mulher) e do CID/UESC (Conhecimento, Inclusão e Desenvolvimento), ambos da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Bahia (DO CARMO et al., 2016).

Segundo os levantamentos realizados, a RESEX Canavieiras apresenta grande tendência à insustentabilidade em razão da performance de suas atividades extrativistas junto à natureza e também devido ao silenciamento das mulheres,

---

<sup>14</sup> Instrumento indicado pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), na série “*Hacia la Equidad*”, melhor detalhado no documento: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/modulo2.pdf>

ambas submetidas a estruturas de dominação patriarcal e da hegemonia do capital. Entretanto, os autores ressaltam a potencialidade da Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras de Comunidades Extrativistas do Sul da Bahia para resistir a tal contexto, percebendo uma melhoria na qualidade de vida das mulheres que compõem a rede ao participar de momentos educacionais e se sentirem responsáveis pela sua trajetória. As autoras concluem que esses tipos de ações e atividades de extensão junto à universidade podem guiar os caminhos em direção à emancipação da mulher pescadora no que diz respeito a todas as formas de submissão (DO CARMO et al., 2016).

#### *5.4 Alguns caminhos para compreender as potencialidades do BE e da QV na pesca artesanal do Brasil*

Se há algo que pode ser constatado a partir dos estudos aqui elencados é que os pescadores e pescadoras artesanais no Brasil não vivenciam de fato o bem-estar e a qualidade de vida, muito pelo contrário, suas vidas parecem restritas a um cenário sobretudo de mal-estares nos diversos aspectos que permeiam seus modos de vida. Modos de vida estes que estão sendo historicamente apagados não somente no seu sentido epistemológico, mas também no sentido físico, de corpos adoecidos e marginalizados.

Diante desse cenário, pensar o bem-estar e a QV dos pescadores artesanais no Brasil poderia ser visto, num primeiro momento, como uma discussão secundária, dado seu histórico de marginalidade social perante as ações governamentais. Como pensar aspectos de qualidade de vida, felicidade e bem-estar, sendo que sequer as necessidades básicas para perpetuação dos seus modos de vida têm sido garantidas pelo Estado?

No entanto, o que ressalto aqui é a importância das cosmovisões que envolvem os modos de vida dos pescadores e pescadoras artesanais, evidenciando que variáveis como o bem-estar e a qualidade de vida podem contribuir para a gestão dos recursos pesqueiros e a sustentabilidade dos ecossistemas. Vale dizer que as comunidades de pesca artesanal no Brasil não estão completamente definidas e nem devem ser analisadas apenas por suas vulnerabilidades (COULTHARD; JOHNSON; MCGREGOR, 2011), de modo que o BE e a QV



encaixam-se como dimensões positivas das relações humanas com seu território, componentes biofísicos, sociais e culturais.

Destaco que não há pretensão de assumir uma posição ingênua perante às relações humanas ou de negar os estudos sobre as patologias e mal-estares. Mas sim de considerar a complexidade da existência humana, adotando uma perspectiva que integre as variáveis positivas e negativas no processo de conhecimento sobre o desenvolvimento pessoal e coletivo (LIMA, 2014).

No que se refere à pesca artesanal no Brasil, as variadas concepções de BE e QV dos homens, mulheres e crianças que dependem diretamente dos recursos pesqueiros parecem ser relativamente desconhecidas e/ou frequentemente ignoradas. Ao longo de várias décadas, as políticas voltadas para a pesca, ora de cunho desenvolvimentista, ora conservacionistas, não apenas descaracterizaram seus modos de vida tradicionais, como também impulsionaram o empobrecimento e a precariedade das condições de vida da maioria das comunidades pesqueiras (DIEGUES, 1983; AZEVEDO & PIERRI, 2014).

Coulthard e colaboradores (2011) argumentam que esse fracasso social é um reflexo da falta de compreensão de como a pesca artesanal se relaciona com o bem-estar das pessoas diretamente envolvidas, suas relações, necessidades, motivações e restrições. Mesmo diante de fragilidades, essas pessoas se esforçam para alcançar o bem-estar para si e para suas famílias (DIENER, 1996; GOUGH & MCGREGOR, 2007).

Assim, é essencial conhecer sobre o que diferentes pessoas na área da pesca artesanal desejam, quais recursos têm ao seu alcance para formular estratégias que permitam alcançar níveis de bem-estar, além de quais relacionamentos e processos em suas comunidades são essenciais para acessar seu atual nível de bem-estar e garantir sua manutenção no futuro (GOUGH & MCGREGOR, 2007).

As formas de analisar o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas envolvem um espectro de áreas de estudo e abordagens muito diversas (FARQUHAR, 1995), dependendo diretamente dos interesses científicos e políticos de cada investigação, bem como das possibilidades de operacionalização e avaliação das informações coletadas. A qualidade de vida pode estar relacionada à saúde (SCHMIDT et al., 2005), à felicidade e satisfação pessoal (RENEWICK & BROWN, 1996), às condições de vida (BUSS, 2000) ou ao estilo de vida (NAHAS,



2003), dentre outras perspectivas. De modo geral, envolve a percepção do indivíduo em relação à sua posição na vida perante o contexto cultural e sistema de valores nos quais vive, assim como seus objetivos, expectativas e preocupações (WHOQOL, 1994).

Os dezoito artigos presentes neste estudo dão algumas pistas sobre as potencialidades que emergem dos processos de exclusão social, evidenciando o protagonismo e a resistência destas pessoas diante dos aspectos que permeiam suas vidas. Em cada categoria aqui trazida foram apontadas algumas dessas possibilidades germinativas, e que podem contribuir para o debate do BE e da QV na pesca artesanal do Brasil, como ilustrado na Figura 2 abaixo.

Na categoria de *Indicadores de Qualidade de Vida* foi possível identificar a relevância do acesso ao seguro-defeso e foi o aspecto que mais influenciou positivamente na avaliação da qualidade de vida de acordo com os pescadores do Perequê (SP); já na percepção do técnico da prefeitura os aspectos mais positivos foram o 'acesso ao crédito' e o 'acesso ao seguro-defeso'. Além disso, os pescadores e o técnico concordam que o aspecto que mais fortalece o capital social<sup>15</sup> da pesca no Perequê é a "identificação com o estilo de vida da profissão" (MACHADO E PICCOLLO, 2018).

Em 2003, com o início do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do Partido dos Trabalhadores, foi criada a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), posteriormente (2009) transformada em Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA). Em 2009, foi colocado em prática o Plano de Desenvolvimento Sustentável "Mais pesca e aquicultura", projetado para até 2011, com linhas de ação baseadas em promoção de créditos e instalação de infraestruturas, voltadas para fortalecer os *commodities* da aquicultura (MPA, 2011).

Para além das expectativas de que a pesca artesanal fosse prioridade na atuação deste governo, o foco acabou sendo a aquicultura e a pesca industrial oceânica. Com um perfil de atuação neodesenvolvimentista, a pesca artesanal foi contemplada apenas por políticas para o aumento da renda dos pescadores artesanais e suas comunidades, como o pagamento de seguro defeso. Medidas

---

<sup>15</sup> Na perspectiva dos modos de vida (*livelihoods*) os recursos são definidos por um conjunto de cinco capitais: natural, físico, humano, financeiro e social. O capital social remete ao pertencimento a um grupo social, capturando os vínculos do indivíduo e das famílias com a comunidade (PERONDI & SCHNEIDER, 2012).

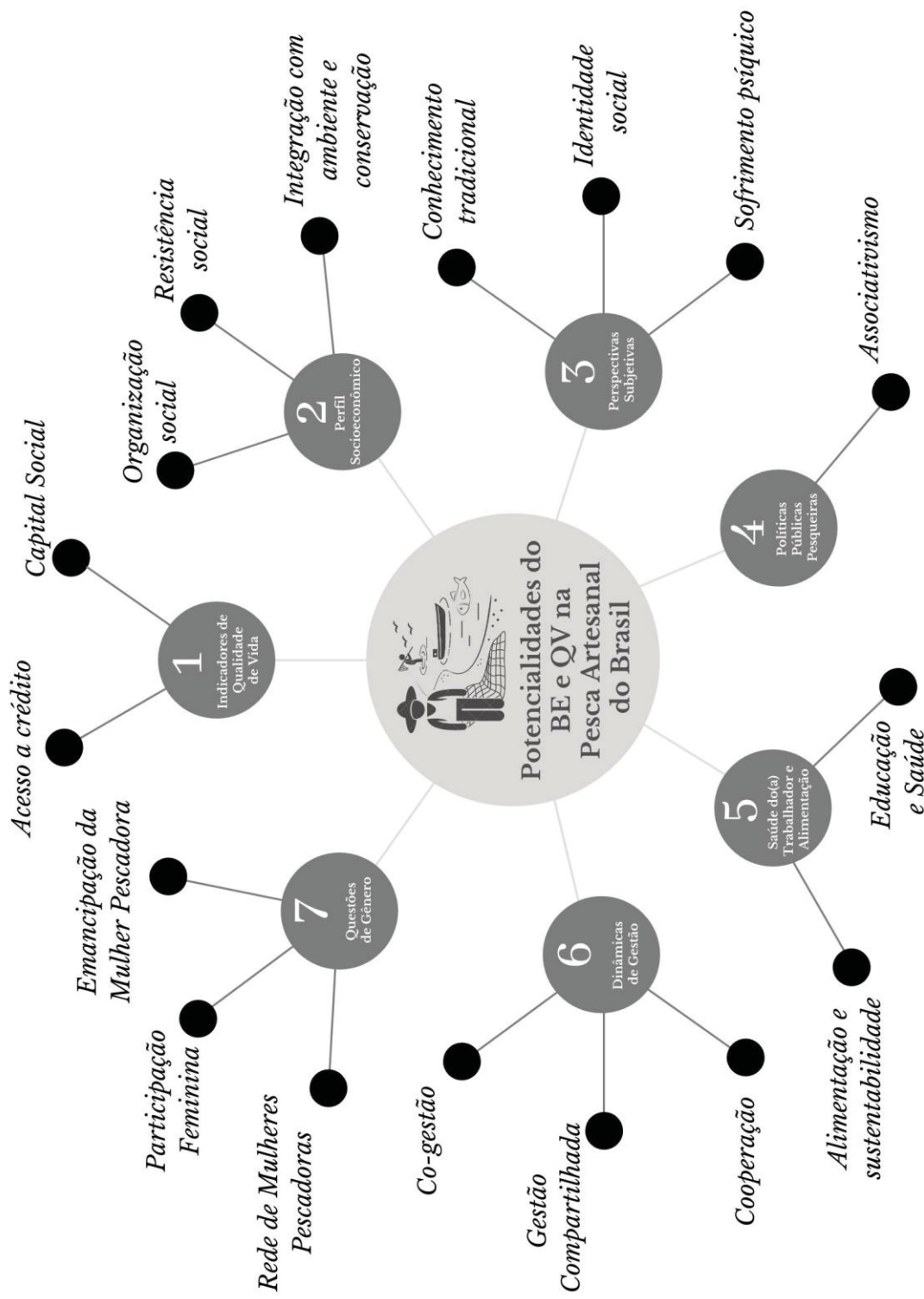
importantes, porém, insuficientes para mudar a realidade de vulnerabilidade estrutural dos pescadores artesanais que foi constituída ao longo de décadas (AZEVEDO & PIERRI, 2014), mas que ainda assim, demonstraram ser relevantes para sua QV aqui neste estudo.

De fato, a política do seguro-defeso tem um caráter de justiça ambiental no tocante à histórica injustiça ambiental promovida pelas políticas públicas para o setor da pesca. Sua condição distributiva não pode ofuscar o fato de que esse crédito é responsável pela segurança alimentar de centenas de pescadores no país que se dedicam à uma produção pautada no manejo sustentável dos recursos pesqueiros (SILVEIRA, 2011).

Já a categoria de *Perfil Socioeconômico* destaca a persistência dos pescadores de Apodi (RN) em darem continuidade à pesca artesanal, resistindo e demonstrando alternativas de reprodução social e de subsistência (VALE; COSTA, 2018). Alves e Nishida (2003) frisam que melhorar a qualidade de vida das famílias dos catadores(as) de caranguejo-uçá do Rio Mamanguape (PB) terão reflexos positivos na conservação da espécie, citando o associativismo como essencial para criar alternativas de renda tanto para períodos de defeso, como também em situações em que estes trabalhadores estejam impossibilitados de ir ao mangue, por motivos de saúde, por exemplo (ALVES; NISHIDA, 2003).

A categoria de *Perspectivas Subjetivas* ressalta o conhecimento tradicional das marisqueiras de Barra Grande (PI) acerca dos moluscos que coletam e que este pode ser relevante para a gestão pesqueira. Freitas et al. (2012) ainda ressaltam que a criação de uma associação de marisqueiras pode vir a contribuir para a valorização de seu modo de vida. Já Barbosa (2004) aborda a identidade social na pesca artesanal como uma perspectiva que permite observar os sofrimentos psíquicos e como sendo uma das formas de resistência às principais dificuldades vivenciadas em Itaipu (RJ). Valentini e colaboradores (2011) ressaltam a importância da tradição da pesca artesanal dos ribeirinhos de Bonsucesso (MT) passada de pai pra filho e também para sua sobrevivência, destacando a necessidade de gestão descentralizada dos recursos hídricos da região, fortalecendo as associações locais

Figura 2 – Mapeamento das potencialidades de BE e QV identificadas em cada categoria temática, tendo pescadores e pescadoras artesanais como protagonistas de cada processo.



Fonte: A autora (2020)

A categoria de *Políticas Públicas Pesqueiras* nos dá a importância de fortalecer e priorizar o capital humano da pesca artesanal como um potente guia das políticas públicas de extensão pesqueira, evocando a participação da colônia de Porto das Pedras (AL) para que suas demandas locais sejam atendidas (FERRAZ & ARRAIS, 2014). O manejo dos recursos pesqueiros no Brasil parece ecoar numa espécie de abismo entre a lógica dos formuladores de políticas e a de muitos pescadores, quadro já verificado em outros países (CHARLES, 1992; HAUCK E SWEIJID, 1999), e evidencia o desconhecimento das particularidades que envolvem a pesca artesanal e o meio de vida dos pescadores e como as políticas podem afetá-los.

Sendo assim, o BE e a QV estão longe de serem análises irrelevantes no estudo da pesca no âmbito brasileiro e dos modos de vida dos pescadores(as) artesanais, marisqueiras(os), ribeirinhos(as) e demais povos associados aos ecossistemas aquáticos. Vale ressaltar que nenhuma dessas análises sugerem que as escolhas difíceis na política de pesca são facilitadas pela adoção de uma abordagem de bem-estar e qualidade de vida, mas enfatizam que há uma necessidade ética e pragmática de prestar atenção às aspirações e estratégias de vida dos grupos mais vulneráveis, que tendem a não serem levadas em conta na maioria das análises formais ou técnicas de gestão pesqueira (COULTHARD; JOHNSON; MCGREGOR, 2011).

A categoria de *Saúde do(a) Trabalhador(a) e Alimentação* traz a potência educacional que pode impulsionar melhores práticas de beneficiamento de mariscos e de promoção da saúde na comunidade pesqueira da Ilha do Paty (BA), a partir da construção coletiva didática (DA NÓBREGA et al., 2014). Moschin, Ramires e Priolli (2018) apontam os hábitos alimentares de comunidades caiçaras do Estuário de Iguape e Cananéia (SP) e elencam aspectos da segurança alimentar, qualidade de vida e saúde dessas pessoas.

Na categoria de *Dinâmicas de Gestão* a RESEX de Canavieiras (BA) sinaliza as relações de cooperação, territorialidade e confiança dos pescadores e pescadoras e que são a base da criação e permanência de tal RESEX (DUMITH, 2014). As outras produções se concentram na importância da gestão compartilhada da pesca, levantando a questão do fortalecimento político das comunidades de pesca, a heterogeneidade das mesmas, que podem ser costeiras ou do interior do Brasil e a demanda por mudança nos sistemas de valores e comportamento dos

agentes governamentais (SEIXAS et al., 2011; KALIKOSKI; SEIXAS; ALMUDI, 2009).

Sendo assim, as comunidades de pesca artesanal devem ser analisadas não como uma estrutura homogênea, e sim reconhecendo que os homens e mulheres ali inseridos têm diferentes necessidades, percepções e realidades que merecem ser compreendidas de maneiras distintas (BENNET, 2005).

E por fim a categoria de *Questões de Gênero* elenca a perspectiva das questões femininas, uma vez que os fatores que afetam o bem-estar e a qualidade de vida dos pescadores podem ter um peso maior para as pescadoras, como constatou Silva et al. (2019) acerca da baixa satisfação da qualidade de vida em pescadoras artesanais de Miracema do Tocantins (TO). Figueiredo (2015) aborda que a Rede de Mulheres Pescadoras do Sul da Bahia contribui pra QV das pescadoras artesanais e deve ser fortalecida com o intuito de acrescentar a liderança feminina às decisões da pesca artesanal. Di Ciommo (2007) também se mostra favorável às associações de mulheres pescadoras da RESEX Corumbau (BA), referindo-se à conquista da criação de Seções Femininas dentro das Associações de Pescadores. Corroborando com essas perspectivas também estão as contribuições de Do Carmo et al. (2016) em relação à Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras de Comunidades Extrativistas do Sul da Bahia, que contribui para a QV das associadas e para sua emancipação enquanto mulheres.

O estudo de Maneschy, Luzia e Álvares (2012) reúnem as principais contribuições das mulheres para as famílias de pescadores, sendo responsáveis por conciliarem os encargos domésticos<sup>16</sup> e outras atividades de geração de renda, seja na pré-captura, confeccionando e remendando malhas para a pesca, seja na atuação como pescadora e marisqueira ou na cadeia produtiva pós captura e no tratamento do pescado para a venda (FIGUEIREDO, 2015).

Fica evidente, desta forma, que as manifestações de gênero que estruturam a sociedade se fazem presentes no setor pesqueiro, mostrando situações de exclusão das mulheres do estatuto profissional da pesca (BAVINGTON; GRZETIC; NEIS, 2004) e a invisibilidade do trabalho da mulher (MELO; CONSIDERA, DI

---

<sup>16</sup> Sobre isso, destaca-se que o trabalho não remunerado de cozinhar, limpar a casa e cuidar de crianças e idosos, geralmente realizado por mulheres representa de 10% a 39% do PIB dos países, segundo a ONU (2016). Para aprofundamento no tema, ler a economista Hildete Pereira de Melo e demais colaboradores (2007).

SABBATO, 2007). Afinal, os afazeres domésticos, apesar de não serem contabilizados no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, têm grande importância na reprodução da vida e para o bem-estar da sociedade (MELO; CONSIDERA, DI SABBATO, 2007).

Diante disso, as abordagens de bem-estar e qualidade de vida na pesca artesanal permitem vislumbrar uma multiplicidade de aspectos (ilustrados na Figura 2 através das sete categorias) da vida dos pescadores e pescadoras e das comunidades que são essenciais para a compreensão de seus modos de vida e para a elaboração de políticas públicas aliadas à redução de suas vulnerabilidades. Aportes como estes também foram observados direta ou indiretamente em cada abordagem das demais categorias, que no geral buscaram contemplar múltiplos parâmetros econômicos, sentimentos e realidades sociais destas pessoas.

É importante frisar as lacunas dos instrumentos metodológicos para capturar tais subjetividades, como demonstrado por Di Ciommo (2007, pág. 160): “Nem tudo é pesquisado ou expresso, como a violência doméstica e o bem-estar psicológico”, sobre a compreensão das relações de gênero e poder na pesca.

As abordagens de bem-estar e qualidade de vida para a pesca artesanal elencadas aqui neste trabalho parecem ainda trazer em seu bojo elementos que precisam ser revistos quanto às formas de intervir nas comunidades, seja a partir de metodologias verticalizadas que não são construídas junto às comunidades, seja pelas formas como se qualificam os resultados e a relevância dos estudos.

Ainda assim, tais contribuições salientam uma multiplicidade de questões, problematizam diversos aspectos essenciais para o BE e a QV dessas pessoas e dão algumas pistas de prioridades para políticas públicas. Posto isto, as sete categorias aqui esmiuçadas dão boas noções acerca das potencialidades que abordagens de BE e QV oferecem às compreensões no tocante à pesca artesanal do Brasil e devem ser consideradas em estudos que se comprometam com olhares de variáveis diversas sobre esses modos de vida.

São categorias relevantes no entendimento da pesca artesanal brasileira, mas que não se encerram em si mesmas enquanto métodos de estudo das realidades humanas, cabendo um constante aprimoramento dessas investigações à luz das vozes desses próprios povos e de epistemologias críticas.

Destaco, ainda, que a ignorância que se percebe acerca desses modos de vida parece ser um fenômeno nosso, do “lado de cá da linha” das ciências e da



gestão pesqueira, que lentamente vem sendo superada com contribuições da etnoconservação e da gestão compartilhada, por exemplo. Afinal, a prática de conhecer o mundo não se origina pela acurácia de um metódico saber científico. Mas sim a partir de curiosidades gerais que, após observadas, elevam-se a uma “curiosidade epistêmica” (PEREIRA, 2010).

O entendimento destes povos sobre si e sobre o que querem para perpetuar seus modos de vida são evidentes a partir do protagonismo nas resistências e lutas que rompem com injustiças ambientais e garantem direitos aos seus e aos demais brasileiros e brasileiras, como nos mostrou Chico Mendes e o movimento dos seringueiros, bem como mostram o MOPEAR, a Rede de Mulheres Pescadoras do Sul da Bahia, a Rede de Mulheres de Comunidades Extrativistas do sul da Bahia, a Rede de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras de Comunidades Extrativistas do Sul da Bahia e tantas outras mobilizações da pesca artesanal.

Se atualmente há divergências no manejo desses territórios, é reflexo de um modelo de desenvolvimento pautado em racionalidades hegemônicas, com empreendimentos capitalistas e visões conservacionistas no acesso aos recursos pesqueiros, deslocado dos contextos sociais dos pescadores e pescadoras (SILVEIRA, 2011).

Cabe então refletir sobre quando serão considerados como imprescindíveis na gestão dos recursos naturais, já que não é possível discutir sustentabilidade ambiental sem que haja uma consonância com a racionalidade dos povos que vivem direta ou indiretamente desses recursos.

Reconhecer a continuidade do pensamento abissal no fazer ciência é condição indispensável para pensar outras epistemologias do “bem-estar”, no esforço de não reproduzir “as linhas abissais”, por mais que se pareçam “anti-abissais” (SANTOS, 2007). Para tanto, concordo com os apontamentos de Lander (2010):

La construcción de alternativas capaces de caminar hacia la construcción, no sólo de sociedades democráticas y equitativas, sino igualmente compatibles con la preservación de la vida en el planeta, necesariamente tienen que ser anticapitalistas (LANDER, 2010 pág. 01).

Nesse sentido, a discussão das alternativas também perpassa por pensar metodologias científicas para a emancipação, isto é, a partir da formação de agentes qualificados para dedicarem-se a conhecer a maneira como as pessoas conhecem,

ao invés de definir o que elas devem conhecer ou apreender (FERRARINI, 2008). Esse ensejo é percebido em propostas aqui trazidas, como Acosta e Lacerda (2017) e seus diálogos com as qualidades das comunidades, que permitem seu fortalecimento enquanto identidade social, organização e autonomia.

É um compromisso da ciência que pretende enveredar-se pelas rupturas epistemológicas (SANTOS, 2000), o levantamento de discussões e conceitos que validem existências do outro lado da linha, assumam uma postura crítica acerca dos instrumentos e metodologias empregados e procurem se conectar aos modos alternativos de conhecimento e práticas sociais. A prática científica na área socioambiental envolve o inexorável desafio metodológico que promova a aproximação das vozes de povos e comunidades tradicionais que geralmente encontram-se silenciadas nos processos decisão política.

O desenvolvimento sustentável e a noção de BE e QV nesse cenário parecem indicar a persistência de um modelo essencialmente capitalista e perpetram o cotidiano, as políticas públicas e o imaginário das pessoas essencialmente embebidos pelo velho pensamento abissal. Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para 2030, por exemplo, trazem no seu âmago a meta de “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos e todas, em todas as idades.” (Objetivo 3)<sup>17</sup>.

O Professor Dr. Carlos Mataix, da Universidade Politécnica de Madrid, não por acaso europeu, por sua vez, aposta na “ODSeína”, um suposto medicamento com 17 cápsulas necessárias para alcançarmos o desenvolvimento sustentável<sup>18</sup>.

Aqui questiono: qual é esse “bem-estar” medicalizado que se pretende alastrar por todos e todas daqui a apenas dez anos, e ainda pelas vias do desenvolvimento sustentável? Há conhecimento suficiente sobre a subjetividade dos povos e seus próprios modos de conceber uma boa vida, ou será promovido o mesmo bem-estar uniformizante, vazio e falido, parte do processo maior de produção capitalista?

---

<sup>17</sup> Disponível em <https://nacoesunidas.org/pos2015/>

<sup>18</sup> Conferência de abertura ministrada no IX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade em Brasília, agosto de 2019, intitulada “ODS: *La transformación ineludible*”. Disponível em <http://www.itd.upm.es/2019/11/06/la-apuesta-upm-por-los-ods-impulso-y-conexion-de-iniciativas-transformadoras/>



Sequer tem sido questionado às pessoas envolvidas nesta imaginária necessidade de transição se almejam viver tal tipo de vida moderna ocidental. Seus futuros foram estruturados pelo olhar objetivo, tecnicista e cientificamente respaldado dos “especialistas do desenvolvimento” (LANG, 2016). Fica evidente, nesse ponto, o caráter monopolista de uma ciência moderna fundamentalmente vinculada aos propósitos da dominação colonial e imperial e diversas vezes avessa à ecologia de saberes (SANTOS, 2007).

Vale destacar que, por mais que seja adjetivado de “sustentável”, a ideia do “desenvolvimento” não é possível em escala planetária, como tem-se propagado nas exaustivas metas para um futuro próximo. Isso porque, como dito anteriormente, esse paradigma de consumo e acumulação de capital só foi possível por meio da devastação ambiental e do apagamento de outros modos de vida (LANG, 2016).

A maneira como se dá o debate internacional através da ONU distorce por completo o que está em jogo e propõe soluções que não têm possibilidade alguma de permitir saídas aos problemas socioambientais que hoje enfrentamos. E no prazo de 2030, considerando o contexto de uma pandemia que no Brasil estão tendo e terão consequências sem precedentes, transparece ser um tempo ingênuo e perigoso.

Portanto, penso que longe da pretensão de classificar esses modos de vida como ideais ou absolutos, considero que estas experiências e memórias coletivas são relicários políticos e culturais de que é possível viver de outra maneira, e com as quais o podemos contar para questionar e resistir ao avanço de um modelo essencialmente depredador da vida (LANDER, 2010).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo do bem-estar pode ser um promissor caminho no sentido da busca pela estruturação de bem-estares que visem à manutenção das práticas tradicionais, garantam sua autonomia, identidade social e conservação ambiental, contribuindo para a prática de perspectivas mais emancipatórias.

O minucioso estudo aqui apresentado carrega em seu sentido a relevância de se respeitar o que outras pessoas estão desejando para si, e permitir que os caminhos para acessar esses fins de BE e QV estejam disponíveis ao longo das gerações. É um exercício utópico e possível que abarca visões de mundo tradicionais, e que talvez encontre muitos entraves num período de crise civilizatória diante do qual estamos prostrados em plena pandemia de Covid-19.

Que possamos praticar uma ciência consonante com essas aspirações e tantas outras, e nos afastemos do abismo que se coloca frente ao espelho da humanidade.

## REFERÊNCIAS

ABEP. Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. **Critério de Classificação Econômica Brasil - CCEB**. Códigos e guias 1–6, 2018.

ACOSTA, A. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 264 p, 2016.

ACOSTA, L.E & LACERDA, L.F. Indicadores de Bem-estar para Povos Tradicionais (IBPT): o caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia brasileira. **Cadernos IHU Ideias**, 15(256). São Leopoldo, UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – RS, 2017.

ACSELRAD, H. Meio Ambiente e Justiça - estratégias argumentativas e ação coletiva. Documento em PDF. Não publicado, 2000.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Apresentação**. In: Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: Declarações, Convenções Internacionais e Dispositivos Jurídicos definidores de uma Política Nacional. 2007.

ALMEIDA, JALCIONE. A problemática do desenvolvimento sustentável. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 1, n.2, p. 9-16, dez. 1996.

ANDRIGUETTO-FILHO, J. M.; CHAVES, P. T.; SANTOS, C.; LIBERATI, S. A. Diagnóstico da pesca no litoral do estado do Paraná. In: ISAAC, V. J.; MARTINS, A. S.; HAIMOVICI, M.; ANDRIGUETTO-FILHO, J. M. (eds). **A pesca marinha e estuarina do Brasil no início do século XXI**: recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais. Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil, p. 117–140. 2006.

ALVES, R. D. N. R.; NISHIDA, A. K. Aspectos socioeconômicos e percepção ambiental dos catadores de caranguejo-uçá *Ucides cordatus cordatus* (L. 1763) (decapoda, brachyura) do estuário do Rio Mamanguape, nordeste do Brasil. **Interciencia**, v. 28, n. 1, p. 36- 43+59, 2003.

AZEVEDO, N. T. de; PIERRI, N. A política pesqueira no Brasil (2003-2011): a escolha pelo crescimento produtivo e o lugar da pesca artesanal. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 32, p. 61-80, dez. 2014.

BARBOSA, S. R. DA C. S. Identidade social e dores da alma entre pescadores artesanais em Itaipu, RJ. **Ambiente & Sociedade**, v. 7, n. 1, p. 107–131, 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.

BARRETO, J. Envelhecimento e qualidade de vida: o desafio atual. **Sociol Rev da Fac Let da Univ do Porto**. 15:289–302, 2017.

BARBOSA, S. R. DA C. S. Identidade social e dores da alma entre pescadores artesanais em Itaipu, RJ. **Ambiente & Sociedade**, v. 7, n. 1, p. 107–131, 2004.

BAVINGTON, Dean; GRZETIC, Brenda; NEIS, Barbara. The Feminist Political Ecology of Fishing Down: Reflections from Newfoundland and Labrador. **Studies in Political Economy**, v. 73, p. 159-182, 2004.

BÉNÉ, C., HERSOUG, B., ALLISON, E.H., Not by rent alone: analysing the pro-poor functions of small-scale fisheries in developing countries. **Development Policy Review**, 28 (3), 325–358, 2010.

BENNET, Elizabeth. Gender, Fisheries and Development. **Marine Policy**, v. 29, n. 5, p. 451-459, 2005.

BERKES, F.; MAHON, R.; McCONNAY, P.; POLLNAC, R. & POMEROY, R. **Managing small-scale fisheries: alternative directions and methods**. Ottawa, Canada: IDRC, 2001.

BONFIM, Manoel. **América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Editora H. Garnier, Livreiro-editor, 1938 [1905].

BRASIL. **Decreto nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Brasília, 2007.

BRASIL; MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL; CCR – CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO. **Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e as Unidades de Conservação de Proteção Integral: Alternativas para o Asseguramento de Direitos Socioambientais**. Coord.: GRABNER, M. L. Brasília: MPF, 117 p. 2014.

BURCH, S. Por un bien común general de la humanidad. In: Sumak Kawsay: Recuperar el Sentido de Vida. **América Latina en Movimiento**, v. 452, 2010.

BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.163-77, 2000.

CAMFIELD, L., STREULI, N. & WOODHEAD, M. What's the use of well-being in contexts of child poverty? Approaches to research, monitoring and children's participation. **International Journal of Children's Rights**, 17,65–109, 2009.

CAPELLESSO, A. J. & CAZELLA, A. A. A pesca artesanal entre crise econômica e problemas socioambientais: estudo de caso nos municípios de Garopaba e Imbituba (SC). **Ambiente & Sociedade**, XIV(2): 15-33, 2011.

CARROLL, L. **Alice através do espelho e o que ela encontrou por lá**. 4.ed. São Paulo: Martin Claret, 137 p, 2013.

CHARLES, A. T. Fishery conflicts: a unified framework. **Marine Policy**, 16 (5), 379–393, 1992.

CICONELLI, R. M. **Tradução para o português e validação do questionário genérico de avaliação de qualidade de vida “Medical Outcomes Study 36-Item Short-Form Health Survey (SF-36)”**. 120p. Tese doutorado - Universidade Federal de São Paulo (EPM). São Paulo, 1997.

COULTHARD, S.; JOHNSON, D.; MCGREGOR, J. A. Poverty, sustainability and human wellbeing: A social wellbeing approach to the global fisheries crisis. **Global Environmental Change**, v. 21, n. 2, p. 453–463, 2011.

D'AGOSTINI, L. R.; FANTINI, A. C. Quality of Life and Quality of Living Conditions in Rural Areas : Distinctively Perceived and Quantitatively Distinguished. **Soc. Indic. Res.**, p. 487–499, 2008.

DA NÓBREGA, G. S. et al. Formação para marisqueiras em segurança de alimentos e saúde do trabalhador: Uma experiência na comunidade de Ilha do Paty, Bahia, Brasil. **Ciencia e Saúde Coletiva**, v. 19, n. 5, p. 1561–1571, 2014.

DALY, M. C. et al. The paradox of high rates of suicide in happy places. **Journal of Economic Behavior and Organization**, v. 80, n. 3, p. 435–442, 2011.

DI CIOMMO, R. C. Pescadoras e Pescadores: A Questão da Equidade de Gênero em uma Reserva Extrativista Marinha. **Ambiente & Sociedade**, v. X, p. 151–163, 2007.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. Ed. Ática: São Paulo, 1983.

DIEGUES, A. C. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DIEGUES, A. C. Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 50, p. 116–126, 2019.

DIENER, E. Subjective well-being in cross-cultural perspective. In: **Key issues in cross-cultural psychology: selected papers from the Twelfth International Congress of the International Association for Cross-Cultural Psychology**. Org.: Hector, G. San Diego: Academic Press, 1996.

DILGER, GERHARD; LANG, MIRIAM; PEREIRA FILHO, J. **Descolonizar o Imaginário: Debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**, 2016.

DO CARMO, J. C. et al. Voz da natureza e da mulher na Resex de Canavieiras-Bahia-Brasil: Sustentabilidade ambiental e de gênero na perspectiva do ecofeminismo. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 1, p. 155–180, 2016.

DONOVAN, R. J. **Conflict and crisis. The presidency of Harry S. Truman (1945-1948)**. New York, 1977.

DONOVAN, R. J. **Tumultuous years. The presidency of Harry S. Truman (1949-1953)**. New York, 1982.

DUMITH, R. DE C. Dinâmicas do sistema de gestão na Reserva Extrativista de Canavieiras, Bahia, Brasil: análise da robustez institucional. **Journal of Latin American Geography**, v. 13, n. 1, p. 89–116, 2014.

ESCOBAR, Arturo. "Power and Visibility: Development and the Invention and Management of the Third World." **Cultural Anthropology**, vol. 3, no. 4, 1988, pp.

428–443. JSTOR, [www.jstor.org/stable/656487](http://www.jstor.org/stable/656487). Accessed 29 Sept. 2019.

ESTEVA, G. **Puentes para el cambio**. Delivered at the Special Forum on the Reform of the State, San Cristóbal de Las Casas, July, 1996.

ESTEVA, G. Más allá del desarrollo: la buena vida. **América Latina en Movimiento. La agonía de un mito ¿Cómo reformular el “desarrollo”?**, p. 7–18, 2009.

FARQUHAR, M. Definitions of quality of life: a taxonomy. **Journal of Advanced Nursing**, Oxford, v.22, n.3, p.502-8, 1995.

FERRARINI, A.V. Pobreza: Possibilidades de construção de políticas emancipatória. São Leopoldo: **Óikos**, 2008.

FERRAZ DE LIMA, J. A. A pesca no Pantanal de Mato Grosso: importância dos peixes migradores. *Acta Amazônica*, v.16/17, p.87-94, 1986/87.

FERRAZ, J. H. D. M.; ARRAIS, F. N. DE O. Políticas Públicas E Capital Humano Para o Desenvolvimento local da Pesca Artesanal. **Holos**, v. 5, p. 283, 2014.

FIGUEIREDO, M. A. Gênero e Participação Política: A Experiência da Rede de Mulheres Pescadoras do Sul da Bahia. **Revista Ártemis**, v. XX, p. 171–179, 2015.

FLECK, M.P.A.; LOUZADA, S.; XAVIER, M.; CHACHAMOVICH, E.; VIEIRA, G.; SANTOS, L.; PINZON, V. Aplicação da versão em português do instrumento abreviado da qualidade de vida “WHOQOL-bref. **Revista de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.34, n.2, p.178-83, 2000.

FLORIANI, D. **Crítica da razão ambiental: pensamento e ação para a sustentabilidade**. São Paulo: Annablume, 2013.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; NÉLSIS, Camila Magalhães; NUNES, Letícia Soares. **A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável**. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v15n1/a04v15n1>. Acesso em 03/08/2019.

FREITAS, S. T. et al. Conhecimento tradicional das marisqueiras de Barra Grande, área de proteção ambiental do delta do rio Parnaíba, Piauí, Brasil. **Ambiente e Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 91–112, 2012.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 75-6., 1974.

FURTADO, Celso. **Prefácio a uma Nova Economia Política**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GIACOMELLI, G. S.; MARIN, S. R.; FEISTEL, P. R. Da economia tradicional do bem-estar à Abordagem das Capacitações e a importância da equidade em saúde para o desenvolvimento humano. **Nova Economia**, v. 27, p. 89–115, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2002.

GOUGH, I. & MCGREGOR, A. Wellbeing in Developing Countries: From Theory to

Research. **Cambridge University Press**, Cambridge, 2007.

GOUGH, I.; MCGREGOR, J. A.; CAMFIELD, L. Theorising wellbeing in international development. In: **Wellbeing in Developing Countries**. v. lp. 3–44, 2007.

GUDYNAS, E. Bem-Viver: Germinando alternativas ao desenvolvimento. **América Latina em Movimento**, p. 1–20, 2011.

HALEN, V. L. A New Evolutionary Law. **Evol Theory**, 1:1–30, 1973.

HALLAM, A. The Red Queen Dethroned. **Nature**, 259:12–13, 1976.

HAUCK, M., SWEIJID, N. A. A case study of abalone poaching in South Africa and its impact on fisheries management. ICES, **Journal of Marine Science**, 56 (6), 1024–1032, 1999.

HERCULANO, S. C. A qualidade de vida e seus indicadores. In: **Qualidade de Vida e Riscos Ambientais**, Selene Herculano et al. (org.). Niterói: Eduff, 2000.

HONDERICH, T. **The Oxford Companion to Philosophy**. 2nd edn. Oxford: Oxford University Press, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, Brasil, 2015.

KALIKOSKI, D. C.; SEIXAS, C. S.; ALMUDI, T. Gestão compartilhada e comunitária da Pesca no Brasil: Avanços e Desafios. **Ambiente e Sociedade**, v. 12, n. 1, p. 151–172, 2009.

LACERDA, L. F. B.; ACOSTA, L. E. Indicadores de Bem-estar Humano para Povos Tradicionais: o caso de uma comunidade ribeirinha na fronteira da Amazônia brasileira. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 53, n. 1, p. 100–111, 2017.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANDER, E. Estamos viviendo una profunda crisis civilizatoria. In: Sumak Kawsay: Recuperar el Sentido de Vida. **América Latina en Movimiento**, v. 452, 2010.

LANG, M. Alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, GERHARD; LANG, MIRIAM; PEREIRA FILHO, J. **Descolonizar o Imaginário: Debates sobre o pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**, 468p., 2016.

LATOUCHE, Serge. Vida, muerte y resurrección de un concepto. In: **Sobrevivir al desarrollo**. De la descolonización del imaginario económico a la construcción de una sociedad alternativa. Barcelona: Icaria, 2007.

LATOUCHE, S. Convivialidade e decrescimento. **Cadernos IHU Ideias**, v. 166, p. 3–16, 2012.

LIMA, R. F. F. **Bem-estar subjetivo de crianças e adolescentes em situação de**



rua. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Fortaleza, Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências da Saúde, Fortaleza, 2014.

LIMA, M. A. L.; DORIA, C. R. D. C.; FREITAS, C. E. D. C. Pescarias artesanais em comunidades ribeirinhas na amazônia brasileira: Perfil socioeconômico, conflitos e cenário da atividade. **Ambiente e Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 73–90, 2012.

LUFT, C. D. B., SANCHES, S. O., MAZO, G. Z., & ANDRADE, A. Versão brasileira da Escala de Estresse Percebido: Tradução e validação para idosos. *Revista de Saude Publica*, 41(4), 606-615, 2007. doi:10.1590/S0034-89102007000400015

MACHADO, I. C.; PICCOLO, N. I. P. As condições para se viver e a qualidade de vida dos pescadores do Perequê/Guarujá, São Paulo, Brasil: uma abordagem quali-quantitativa. **Interciencia**, v. 43, n. 1, p. 43–49, 2018.

MAFRA, T. V. **Produção socioespacial do litoral do Paraná e as estratégias de resistências dos pescadores artesanais na luta pelo seu território**. Curitiba, 2018. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná.

MANESCHY, M. C.; LUZIA, M.; ÁLVARES, M. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. **Estudos Feministas**, v. 20, n. 3, p. 713–737, 2012.

MATSUDO S, ARAÚJO T, MATSUDO V, ANDRADE D, ANDRADE E, OLIVEIRA LC, BRAGGION G. Questionário Internacional De Atividade Física (Ipaq): estupo De Validade E Reprodutibilidade No Brasil. **Rev Bras Atividade Física Saúde**, 6:5–18, 2001.

MCGREGOR, I. G. & ALLISTER, J. **Wellbeing in Developing Countries**. New York: Cambridge University Press, 2007.

MEADOWS, D. **The limits to growth**: a report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind. New York: University Books, 1972.

MELO, Hildete Pereira de; CONSIDERA, Claudio Monteiro; DI SABBATO, Alberto. Os afazeres domésticos contam. **Econ. soc.**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 435-454, Dec. 2007. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-06182007000300006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182007000300006&lng=en&nrm=iso)>. access on 19 Sept. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182007000300006>.

MIGNOLO, W. D. Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, n. 34, p. 287-324, 2008.

MONTENEGRO, Jorge. Povos e Comunidades Tradicionais, Desenvolvimento e Decolonialidade: articulando um discurso fragmentado. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.6, n.1, p. 163-174, 2012.

MORAES, M. Desobediência Epistemológica: Ubuntu e Teko Porã: outros possíveis a partir da desconstrução. In. **Filosofia Francesa Contemporânea**. Orgs.: Correia, A.; Marques, S. T.; Silva, C. V. da; Solis, D. E. N., 496 p., 2017.



MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MOSCHIN, A.; RAMIRES, M.; PRIOLLI, R. H. G. Hábitos alimentares e uso dos recursos naturais em comunidades pesqueiras de Ilha Comprida/SP, Brasil. **Interciencia**, v. 43, n. 9, p. 642–647, 2018.

MPA - Ministério da Pesca e Aquicultura. **Plano Safra das Águas – 2010 – 2011**. Brasília, 2009.

MÜLLER, J. DOS S. et al. Pescadoras artesanais/marisqueiras: Análise do impacto da funcionalidade e incapacidade de membros superiores sobre a qualidade de vida relacionada com a saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 22, n. 11, p. 3635–3644, 2017.

MUÑOZ, L. E. A. Los Indicadores del Bienestar Humano : innovación social y cultural que busca fortalecer las capacidades de gobernabilidad de los pueblos indígenas en la Amazonia colombiana. **Mundo Amazónico**, 2018.

NAHAS, M.V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 3. ed. Londrina: Midiograf, 2003.

NETO, J. S. **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: Declarações, Convenções Internacionais e Dispositivos Jurídicos definidores de uma Política Nacional**, 2009.

NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W. **Introdução às teorias do desenvolvimento**, 2016.

NOGUEIRA, V. M. R. Bem-estar, bem-estar social ou qualidade de vida: a reconstrução de um conceito. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 23, n. 1, p. 107–122, 2002.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, 2011. In: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao\\_169\\_OIT](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf) pdf. Acessado em: 13/09/2018.

ONOFRE, E. V.; ANTIQUERA, M. S. & QUADROS, J. Conflito Socioambiental: O Caso da Comunidade Tradicional do Maciel frente à ameaça industrial e portuária em Pontal do Paraná, Litoral Paranaense. **Revista Online de Extensão e Cultura Realização**, v. 5, p. 6–13, 2018.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Marco de Parceria das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (2017 - 2021)**. Brasília, outubro de 2016. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-07/Marco-de-Parceria-para-o-Desenvolvimento-Sustent%C3%A1vel-2017-2021.pdf>

ORFALE, A. G. et al. Translation into Brazilian Portuguese, cultural adaptation and evaluation of the reliability of the Disabilities of the Arm, Shoulder and Hand

Questionnaire, **Braz J Med Biol Res**, v. 38, p. 293–302, 2005.

OSTROM, E. Understanding Institutional Diversity, Princeton, NJ: **Princeton University Press**, 2005.

PEREIRA, Sandra Maria Borba. **O ato pedagógico como ato gnoseológico em Paulo Freire - ensinar como uma aventura criadora**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação/PPGED da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

POLLNAC, R. B., & POGGIE, J. J. 'Happiness, well-being and psycho-cultural adaptation to the stresses associated with marine fishing'. **Human Ecology Review**, 15(2): 194-200, 2008.

POMEROY, R.S. Community-based and co-management institutions for sustainable coastal fisheries management in Southeast Asia. **Ocean & Coastal Management**, 27 (3), 143–162, 1995.

QUIJANO, A. “Bem viver”: entre o “Desenvolvimento” e a “ Des/ colonialidade” do Poder. **R. Fac. Dir.**, v. 37, n. 1, p. 46–57, 2013.

REDCLIFT, Michael R. **Sustainable development: exploring the contradictions**. London: Routledge, 1987.

RENWICK, R.; BROWN, I. The center for health promotion's conceptual approach to quality of life. In: RENWICK, R.; BROWN, I.; NAGLER, M. (Eds.). **Quality of life in health promotion and rehabilitation: conceptual approaches, issues and applications**. Thousand Oaks: Sage, p.75-86, 1996.

RIDLEY, M. **Evolução**. Tradutores Henrique Ferreira, Luciane Passaglia, Rivo Fischer. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 752 p.

RIU, A.M.; MORATO, J.C. **Dicionário de Filosofia**. Madrid: Herder, 1996.

ROSSI, Samuel Quinaud. Bourdieu e a Rainha Vermelha. **Atos de Pesquisa em Educação** - PPGE/ME FURB ISSN 1809-0354 v. 6, n. 3, p. 823-830, set./dez. 2011

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. RJ, Zahar. 1971.

SANTOS, B. de S. **Conocer desde el Sur – Para una cultura política emancipatoria**, Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2006.

SANTOS, B. de S. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes \*. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 78, p. 3–46, 2007.

SANTOS, B. D. S. Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, 2008.

SANTOS, C. F. DOS; MARTINS, M. S. L.; MASCARELLO, M. DE A. Oceanografia socioambiental: o que queremos com isso? **AMBIENTE & EDUCAÇÃO Revista de Educação Ambiental**, v. 24, p. 41–67, 2019.

SCHMIDT, S.; POWER, M.; BULLINGER, M.; NOSIKOV, A. The conceptual relationship between health indicators and quality of life: results from the cross-cultural analysis of the EUROHIS field study. **Clinical Psychology & Psychotherapy**, Hoboken, v.2, n.1, p.28-49, 2005.

SEIXAS, C. S. et al. Gestão Compartilhada do Uso de Recursos Resqueiros no Brasil: Elementos para um Programa Nacional. **Ambiente e Sociedade**, v. 14, n. 1,

SEN, A.K. **Development as Freedom**. Oxford University Press, Oxford, 1999. p. 23–44, 2011.

SILVA, B. K. R. et al. Factors associated with perceived quality of life in artisanal fishermen: A cross-sectional study. **BMC Research Notes**, v. 12, n. 1, p. 1–7, 2019.

SILVEIRA, J. P. B. DA. **Justiça ambiental e a política de seguro-defeso na pesca artesanal: o caso da associação de pescadores da praia da Armação do Sul**, 2011.

STEDMAN, R. C., PARKINS, J. R., BECKLEY, T. M. Resource dependence and community wellbeing in rural Canada. **Rural Sociology**, 69 (2), 213–234, 2004.

URTEAGA, Eguzki. El debate internacional sobre el desarrollo sostenible. **Investigaciones Geográficas**, Universidad de Alicante, n. 46, p. 127-137, mayo/agosto 2008.

VALE, S. D. P.; COSTA, F. R. DA. Aspectos Socioeconômicos Das Associações Da Colônia De Pescadores E Aquicultores Do Município De Apodi – Rn. **Holos**, v. 4, p. 236–252, 2018.

VALENTINI, C. M. A. et al. Impactos Socioambientais Gerados Aos Pescadores Da Comunidade Ribeirinha De Bonsucesso- Mt Pela Construção Da Barragem De Manso. **Holos**, v. 4, p. 3, 2011.

VEENHOVEN, R. The four qualities of life: Ordering concepts and measures of the good life. **Journal of Happiness Studies**, 1, 1-39, 2000.

WEERATUNGE, N. et al. Small-scale fisheries through the wellbeing lens. **Fish and Fisheries**, v. 15, n. 2, p. 255–279, 2014.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Editora Garamond, 2005.

VIZEU, Fabio; MENEGHETTI, Francis Kanashiro; SEIFERT, Rene Eugenio. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 569-583, Sept. 2012. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-39512012000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512012000300007&lng=en&nrm=iso)>. Access on 10 Mar. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512012000300007>.

WHOQOL, Group. The development of the World Health Organization quality of life assessment instrument (the WHOQOL). In: ORLEY, J.; KUYKEN, W. (Eds.). **Quality**

**of life assessment: international perspectives.** Heidelberg: Springer, p.41-60, 1994.

WIBER, M., BERKES, F., CHARLES, A. Participatory research supporting community-based fishery management. **Marine Policy**, 28 (6), 459–468, 2004.

## ANEXO 1 – ESCALA DE ESTRESSE PERCEBIDO

Fonte: LUFT et al. (2007)

| Neste último mês, com que frequência... |   |   |   |   |   |   |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1                                       | Você tem ficado triste por causa de algo que aconteceu inesperadamente?                             | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 2                                       | Você tem se sentido incapaz de controlar as coisas importantes em sua vida?                         | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 3                                       | Você tem se sentido nervoso e “estressado”?   | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 4                                       | Você tem tratado com sucesso dos problemas difíceis da vida?  | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 5                                       | Você tem sentido que está lidando bem as mudanças importantes que estão ocorrendo em sua vida?      | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 6                                       | Você tem se sentido confiante na sua habilidade de resolver problemas pessoais?                     | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 7                                       | Você tem sentido que as coisas estão acontecendo de acordo com a sua vontade?                       | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 8                                       | Você tem achado que não conseguiria lidar com todas as coisas que você tem que fazer?               | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 9                                       | Você tem conseguido controlar as irritações em sua vida?  | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 10                                      | Você tem sentido que as coisas estão sob o seu controle?  | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 11                                      | Você tem ficado irritado porque as coisas que acontecem estão fora do seu controle?                 | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 12                                      | Você tem se encontrado pensando sobre as coisas que deve fazer?                                     | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 13                                      | Você tem conseguido controlar a maneira como gasta seu tempo?                                       | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |
| 14                                      | Você tem sentido que as dificuldades se acumulam a ponto de você acreditar que não pode superá-las? | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 |

## ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO INTERNACIONAL DE ATIVIDADE FÍSICA (QIAF)

Fonte: MATSUDO et al. (2001)

### 1. QUESTIONÁRIO INTERNACIONAL DE ATIVIDADE FÍSICA

- FORMA CURTA -

Nome: \_\_\_\_\_  
 Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: F ( ) M ( )  
 Você trabalha de forma remunerada: ( ) Sim ( ) Não  
 Quantas horas você trabalha por dia: \_\_\_\_\_  
 Quantos anos completos você estudou: \_\_\_\_\_  
 De forma geral sua saúde está:  
 ( ) Excelente ( ) Muito boa ( ) Boa ( ) Regular ( ) Ruim

Nós estamos interessados em saber que tipos de atividade física as pessoas fazem como parte do seu dia a dia. Este projeto faz parte de um grande estudo que está sendo feito em diferentes países ao redor do mundo. Suas respostas nos ajudarão a entender que tão ativos nós somos em relação à pessoas de outros países. As perguntas estão relacionadas ao tempo que você gasta fazendo atividade física em uma semana **NORMAL, USUAL** ou **HABITUAL**. As perguntas incluem as atividades que você faz no trabalho, para ir de um lugar a outro, por lazer, por esporte, por exercício ou como parte das suas atividades em casa ou no jardim. Suas respostas são **MUITO** importantes. Por favor responda cada questão mesmo que considere que não seja ativo. Obrigado pela sua participação !

Para responder as questões lembre que:

- atividades físicas **VIGOROSAS** são aquelas que precisam de um grande esforço físico e que fazem respirar **MUITO** mais forte que o normal
- atividades físicas **MODERADAS** são aquelas que precisam de algum esforço físico e que fazem respirar **UM POUCO** mais forte que o normal

Para responder as perguntas pense somente nas atividades que você realiza **por pelo menos 10 minutos contínuos** de cada vez:

**1a.** Em quantos dias de uma semana normal, você realiza atividades **VIGOROSAS** por pelo menos 10 minutos contínuos, como por exemplo correr, fazer ginástica aeróbica, jogar futebol, pedalar rápido na bicicleta, jogar basquete, fazer serviços domésticos pesados em casa, no quintal ou no jardim, carregar pesos elevados ou qualquer atividade que faça você suar **BASTANTE** ou aumentem **MUITO** sua respiração ou batimentos do coração.

dias \_\_\_\_\_ por **SEMANA** ( ) Nenhum

**1b.** Nos dias em que você faz essas atividades vigorosas por pelo menos 10 minutos contínuos, quanto tempo no total você gasta fazendo essas atividades **por dia**?  
 horas: \_\_\_\_\_ Minutos: \_\_\_\_\_

**2a.** Em quantos dias de uma semana normal, você realiza atividades **MODERADAS** por pelo menos 10 minutos contínuos, como por exemplo pedalar leve na bicicleta, nadar, dançar, fazer ginástica aeróbica leve, jogar vôlei recreativo, carregar pesos leves, fazer serviços domésticos na casa, no quintal ou no jardim como varrer, aspirar, cuidar do jardim, ou qualquer atividade que faça você suar leve ou aumentem **moderadamente** sua respiração ou batimentos do coração (**POR FAVOR NÃO INCLUA CAMINHADA**)

dias \_\_\_\_\_ por **SEMANA** ( ) Nenhum

**2b.** Nos dias em que você faz essas atividades moderadas por pelo menos 10 minutos contínuos quanto tempo no total você gasta fazendo essas atividades **por dia**?

horas: \_\_\_\_\_ Minutos: \_\_\_\_\_

**3a.** Em quantos dias de uma semana normal você caminha por pelo menos 10 minutos contínuos em casa ou no trabalho, como forma de transporte para ir de um lugar para outro, por lazer, por prazer ou como forma de exercício?

dias \_\_\_\_\_ por **SEMANA**      ( ) Nenhum

**3b.** Nos dias em que você caminha por pelo menos 10 minutos contínuos quanto tempo no total você gasta caminhando **por dia**?

horas: \_\_\_\_\_ Minutos: \_\_\_\_\_

**4a.** Estas últimas perguntas são em relação ao tempo que você gasta sentado ao todo no trabalho, em casa, na escola ou faculdade e durante o tempo livre. Isto inclui o tempo que você gasta sentado no escritório ou estudando, fazendo lição de casa, visitando amigos, lendo e sentado ou deitado assistindo televisão.

Quanto tempo **por dia** você fica sentado em um dia da semana?

horas: \_\_\_\_\_ Minutos: \_\_\_\_\_

**4b.** Quanto tempo **por dia** você fica sentado no final de semana?

horas: \_\_\_\_\_ Minutos: \_\_\_\_\_



## **ANEXO 3 – DOMÍNIOS E FACETAS DO QUESTIONÁRIO DE QUALIDADE DE VIDA DA OMS - WHOQOL (World Health Organization Quality of Life)**

Fonte: FLECK et al. (2000)

### **Percepção da Qualidade de Vida em Geral**

1. Percepção da qualidade de vida
2. Satisfação com a saúde

### **Domínio 1 - Domínio físico**

3. Dor e desconforto
4. Energia e fadiga
5. Sono e repouso
6. Mobilidade
7. Atividades da vida cotidiana
8. Dependência de medicação ou de tratamentos
9. Capacidade de trabalho

### **Domínio 2 - Domínio psicológico**

10. Sentimentos positivos
11. Pensar, aprender, memória e concentração
12. Autoestima
13. Imagem corporal e aparência
14. Sentimentos negativos
15. Espiritualidade/religião/crenças pessoais

### **Domínio 3 - Relações sociais**

16. Relações pessoais
17. Suporte (Apoio) social
18. Atividade sexual

### **Domínio 4 - Meio ambiente**

19. Segurança física e proteção
20. Ambiente no lar

21. Recursos financeiros
22. Cuidados de saúde e sociais: disponibilidade e qualidade
23. Oportunidades de adquirir novas informações e habilidades
24. Participação em, e oportunidades de recreação/lazer
25. Ambiente físico: (poluição/ruído/trânsito/clima)
26. Transporte

## ANEXO 4 – ASPECTOS AVALIADOS NAS DIMENSÕES SOCIAL, AMBIENTAL, ECONÔMICA E GOVERNANÇA

Fonte: Machado; Piccolo (2018)

| ASPECTOS AVALIADOS POR DIMENSÃO |  |
|---------------------------------|--|
| Dimensão                        | Tema/Aspectos  |
| Social                          | 1. Saúde<br>1.1. Acesso ao atendimento de saúde; 1.2. Exposição às drogas e ao consumo de bebidas alcoólicas; 1.3. Penosidade do trabalho;   |
|                                 | 2. Educação<br>2.1. Acesso à educação formal; 2.2. Acesso à capacitação profissional para a atividade pesqueira.   |
|                                 | 3. Infraestrutura<br>3.1. Condições de Moradia; 3.2. Infraestrutura comunitária; 3.3. Segurança, medo da violência.  |
|                                 | 4. Cultura e sociabilidade<br>4.1. Conexões sociais, lazer/uso do tempo; 4.2. Prática religiosa; 4.3. Identificação com o estilo de vida da; profissão; 4.4. Relações de gênero; 4.5. Liberdade  |
| Ambiental                       | 1. Degradação dos recursos naturais<br>1.1. Poluição; 1.2. Produção pesqueira/productividade pesqueira e diversidade de espécies pesqueiras; 1.3. Sistemas de produção predatórios, práticas pesqueiras proibidas; 1.4. Rejeito de pesca; 1.5. Captura incidental de espécies não pesqueiras; 1.6. Destinação de resíduos de pescado; 1.7. Destinação de resíduos de material de pesca; 1.8. Diversidade biológica |
|                                 | 2. Más condições de saneamento básico<br>2.1. Condições sanitárias do local onde vive  |
| Econômica                       | 1. Renda insuficiente<br>1.1. Rendimentos, poder de compra e geração de riqueza; 1.2. Alternativas de renda.   |
|                                 | 2. Cadeia produtiva ineficiente<br>2.1. Acesso aos insumos; 2.2. Autonomia na comercialização; 2.3. Logística; 2.4. Agregação de valor.  |
|                                 | 3. Crédito e Benefícios inacessíveis<br>3.1. Acesso ao crédito; 3.2. Acesso a programas sociais de renda mínima ou outros; 3.3. Acesso ao seguro-defeso.   |
| Governança                      | 1. Inserção da atividade na sociedade<br>1.1. Percepção da sociedade sobre a pesca e sobre o pescador; 1.2. Expectativa quanto ao futuro da atividade.   |
|                                 | 2. Representação Política/Institucional<br>2.1. Participação em entidades de classe; 2.2. Conhecimento e participação nas instâncias de Gestão pesqueira   |
|                                 | 3. Uso do espaço e conflitos<br>1. Territórios de pesca X Unidades de Conservação; 3.2. Conflitos pelo uso do território pesqueiro; 3.3. Instituições locais; 3.4. Legislação pesqueira; 3.5. Fiscalização pesqueira   |
|                                 | 4. suporte técnico-científico<br>4.1. Existência de serviços de extensão e/ou pesquisa pesqueira   |
|                                 | 5. Falhas na informação/comunicação<br>5.1. Informação/comunicação   |

## ANEXO 5 – TRADUÇÃO DO QUESTIONÁRIO DISABILITIES OF THE ARM, SHOULDER AND HAND QUESTIONNAIRE (DASH)

Fonte: Orfale et al. (2005)

Brazilian DASH Questionnaire

301

### Appendix 2. Brazilian DASH.

#### Instruções

Esse questionário é sobre seus sintomas, assim como suas habilidades para fazer certas atividades.

Por favor, responda a todas as questões baseando-se na sua condição na semana passada.

Se você não teve a oportunidade de fazer uma das atividades na semana passada, por favor, tente estimar qual resposta seria a mais correta.

Não importa qual mão ou braço você usa para fazer a atividade; por favor, responda baseando-se na sua habilidade independentemente da forma como você faz a tarefa.

Meça a sua habilidade em fazer as seguintes atividades na semana passada circulando a resposta apropriada abaixo:

|   | Não houve dificuldade | Houve pouca dificuldade | Houve dificuldade média | Houve muita dificuldade | Não conseguiu fazer |
|---|-----------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|---------------------|
| 1. Abrir um vidro novo ou com a tampa muito apertada  | 1                     | 2                       | 3                       | 4                       | 5                   |
| 2. Escrever   | 1                     | 2                       | 3                       | 4                       | 5                   |
| 3. Virar uma chave  | 1                     | 2                       | 3                       | 4                       | 5                   |
| 4. Preparar uma refeição  | 1                     | 2                       | 3                       | 4                       | 5                   |
| 5. Abrir uma porta pesada   | 1                     | 2                       | 3                       | 4                       | 5                   |
| 6. Colocar algo em uma prateleira acima de sua cabeça   | 1                     | 2                       | 3                       | 4                       | 5                   |
| 7. Fazer tarefas domésticas pesadas (por exemplo: lavar paredes, lavar o chão)  | 1                     | 2                       | 3                       | 4                       | 5                   |
| 8. Fazer trabalho de jardinagem   | 1                     | 2                       | 3                       | 4                       | 5                   |
| 9. Arrumar a cama   | 1                     | 2                       | 3                       | 4                       | 5                   |
| 10. Carregar uma sacola ou uma maleta   | 1                     | 2                       | 3                       | 4                       | 5                   |
| 11. Carregar um objeto pesado (mais de 5 kg)  | 1                     | 2                       | 3                       | 4                       | 5                   |
| 12. Trocar uma lâmpada acima da cabeça  | 1                     | 2                       | 3                       | 4                       | 5                   |
| 13. Lavar ou secar o cabelo   | 1                     | 2                       | 3                       | 4                       | 5                   |
| 14. Lavar suas costas   | 1                     | 2                       | 3                       | 4                       | 5                   |
| 15. Vestir uma blusa fechada  | 1                     | 2                       | 3                       | 4                       | 5                   |
| 16. Usar uma faca para cortar alimentos   | 1                     | 2                       | 3                       | 4                       | 5                   |
| 17. Atividades recreativas que exigem pouco esforço (por exemplo: jogar cartas, tricotar)   | 1                     | 2                       | 3                       | 4                       | 5                   |
| 18. Atividades recreativas que exigem força ou impacto nos braços, ombros ou mãos (por exemplo: jogar vôlei, martelar)                              | 1                     | 2                       | 3                       | 4                       | 5                   |
| 19. Atividades recreativas nas quais você move seu braço livremente (como pescar, jogar peteca)   | 1                     | 2                       | 3                       | 4                       | 5                   |
| 20. Transportar-se de um lugar a outro (ir de um lugar a outro)   | 1                     | 2                       | 3                       | 4                       | 5                   |
| 21. Atividades sexuais  | 1                     | 2                       | 3                       | 4                       | 5                   |
|   | Não afetou            | Afetou pouco            | Afetou medianamente     | Afetou muito            | Afetou extremamente |
| 22. Na semana passada, em que ponto o seu problema com braço, ombro ou mão afetou suas atividades normais com família, amigos, vizinhos ou colegas? | 1                     | 2                       | 3                       | 4                       | 5                   |
|   | Não limitou           | Limitou pouco           | Limitou medianamente    | Limitou muito           | Não conseguiu fazer |
| 23. Durante a semana passada, o seu trabalho ou atividades diárias normais foram limitadas devido ao seu problema com braço, ombro ou mão?          | 1                     | 2                       | 3                       | 4                       | 5                   |
| Meça a gravidade dos seguintes sintomas na semana passada:  | Nenhuma               | Pouca                   | Mediana                 | Muita                   | Extrema             |
| 24. Dor no braço, ombro ou mão  | 1                     | 2                       | 3                       | 4                       | 5                   |
| 25. Dor no braço, ombro ou mão quando você fazia atividades específicas   | 1                     | 2                       | 3                       | 4                       | 5                   |
| 26. Desconforto na pele (alfinetadas) no braço, ombro ou mão  | 1                     | 2                       | 3                       | 4                       | 5                   |

|   |                          |                      |                              |                      |  |
|---|--------------------------|----------------------|------------------------------|----------------------|--|
| 27. Fraqueza no braço, ombro ou mão   | 1                        | 2                    | 3                            | 4                    | 5  |
| 28. Dificuldade em mover braço, ombro ou mão  | 1                        | 2                    | 3                            | 4                    | 5  |
|   | Não houve<br>dificuldade | Pouca<br>dificuldade | Média<br>dificuldade         | Muita<br>dificuldade | Tão difícil<br>que você não<br>pôde dormir |
| 29. Durante a semana passada, qual a dificuldade que você teve para dormir por causa da dor no seu braço, ombro ou mão? | 1                        | 2                    | 3                            | 4                    | 5  |
|   | Discordo<br>totalmente   | Discordo             | Não concordo<br>nem discordo | Concordo             | Concordo<br>totalmente                     |
| 30. Eu me sinto menos capaz, menos confiante e menos útil por causa do meu problema com braço, ombro ou mão             | 1                        | 2                    | 3                            | 4                    | 5  |

As questões que se seguem são a respeito do impacto causado no braço, ombro ou mão quando você toca um instrumento musical, pratica esporte ou ambos.

Se você toca mais de um instrumento, pratica mais de um esporte ou ambos, por favor, responda com relação ao que é mais importante para você. Por favor, indique o esporte ou instrumento que é mais importante para você: \_\_\_\_\_

Eu não toco instrumentos ou pratico esportes (você pode pular essa parte)

| Por favor circule o número que melhor descreve sua habilidade física na semana passada. Você teve alguma dificuldade para: | Fácil | Pouco<br>difícil | Dificuldade<br>média | Muito<br>difícil | Não<br>conseguiu fazer |
|--|-------|------------------|----------------------|------------------|------------------------|
| 1. Uso de sua técnica habitual para tocar instrumento ou praticar esporte?   | 1     | 2                | 3                    | 4                | 5                      |
| 2. Tocar o instrumento ou praticar o esporte por causa de dor no braço, ombro ou mão?                                      | 1     | 2                | 3                    | 4                | 5                      |
| 3. Tocar seu instrumento ou praticar o esporte tão bem quanto você gostaria?   | 1     | 2                | 3                    | 4                | 5                      |
| 4. Usar a mesma quantidade de tempo tocando seu instrumento ou praticando o esporte?                                       | 1     | 2                | 3                    | 4                | 5                      |

As questões seguintes são sobre o impacto do seu problema no braço, ombro ou mão em sua habilidade em trabalhar (incluindo tarefas domésticas se este é seu principal trabalho).

Por favor, indique qual é o seu trabalho: \_\_\_\_\_

Eu não trabalho (você pode pular essa parte)

| Por favor, circule o número que melhor descreve sua habilidade física na semana passada. Você teve alguma dificuldade para: | Fácil | Pouco<br>difícil | Dificuldade<br>média | Muito<br>difícil | Não<br>conseguiu fazer |
|---|-------|------------------|----------------------|------------------|------------------------|
| 1. Uso de sua técnica habitual para seu trabalho?   | 1     | 2                | 3                    | 4                | 5                      |
| 2. Fazer seu trabalho usual por causa de dor em seu braço, ombro ou mão?  | 1     | 2                | 3                    | 4                | 5                      |
| 3. Fazer seu trabalho tão bem quanto você gostaria?   | 1     | 2                | 3                    | 4                | 5                      |
| 4. Usar a mesma quantidade de tempo fazendo seu trabalho?   | 1     | 2                | 3                    | 4                | 5                      |

#### Cálculo do escore do DASH

Para se calcular o escore das 30 primeiras questões, deverá ser utilizada a seguinte fórmula:

(Soma dos valores das 30 primeiras questões - 30)/1,2

Para o cálculo dos escores dos módulos opcionais, estes deverão ser calculados separadamente, utilizando a seguinte fórmula:

(Soma dos valores - 4)/0,16

## ANEXO 6 – TRADUÇÃO DO MEDICAL OUTCOMES STUDY 36-ITEM SHORT-FORM HEALTH SURVEY (SF-36)

Fonte: CICONELLI (1997)

### SF-36 PESQUISA EM SAÚDE

**Instruções:** Esta pesquisa questiona você sobre sua saúde. Estas informações nos manterão informados de como você se sente e quão bem você é capaz de fazer suas atividades de vida diária. Responda cada questão marcando a resposta como indicado. Caso você esteja inseguro em como responder, por favor tente responder o melhor que puder.

1. Em geral, você diria que sua saúde é : (circule uma)
- |                   |   |
|-------------------|---|
| .Excelente .....  | 1 |
| .Muito boa .....  | 2 |
| .Boa .....        | 3 |
| . Ruim .....      | 4 |
| .Muito Ruim ..... | 5 |
2. **Comparada a um ano atrás**, como você classificaria sua saúde em geral, agora ? (circule uma)
- |   |   |
|---|---|
| . Muito melhor agora do que a um ano atrás .....    | 1 |
| . Um pouco melhor agora do que a um ano atrás ..... | 2 |
| . Quase a mesma de um ano atrás .....               | 3 |
| . Um pouco pior agora do que há um ano atrás .....  | 4 |
| . Muito pior agora do que há um ano atrás .....     | 5 |



3. Os seguintes itens são sobre atividades que você poderia fazer atualmente durante um dia comum. **Devido a sua saúde**, você tem dificuldade para fazer essas atividades? Neste caso, quanto?

( circule um número em cada linha)

| Atividades   | Sim.<br>Dificulta<br>muito | Sim.<br>Dificulta<br>um pouco | Não.Não<br>dificulta<br>de modo<br>algum |
|--|----------------------------|-------------------------------|--|
| a. <b>Atividades vigorosas</b> , que exigem muito esforço, tais como correr, levantar objetos pesados, participar em esportes árduos | 1                          | 2                             | 3  |
| b. <b>Atividades moderadas</b> , tais como mover uma mesa , passar aspirador de pó, jogar bola, varrer a casa                        | 1                          | 2                             | 3  |
| c. Levantar ou carregar mantimentos  | 1                          | 2                             | 3  |
| d. Subir <b>vários</b> lances de escada  | 1                          | 2                             | 3  |
| e. Subir <b>um lance</b> de escada   | 1                          | 2                             | 3  |
| f. Curvar-se , ajoelhar-se ou dobrar-se  | 1                          | 2                             | 3  |
| g. Andar <b>mais de 1 quilômetro</b>   | 1                          | 2                             | 3  |
| h. Andar <b>vários</b> quarteirões   | 1                          | 2                             | 3  |
| i. Andar <b>um</b> quarteirão  | 1                          | 2                             | 3  |
| j. Tomar banho ou vestir-se  | 1                          | 2                             | 3  |



6. Durante as **últimas 4 semanas**, de que maneira sua saúde física ou problemas emocionais interferiram nas suas atividades sociais normais, em relação a família, vizinhos, amigos ou em grupo?

(circule uma)

- . De forma nenhuma .....1
- . Ligeiramente .....2
- . Moderadamente .....3
- . Bastante .....4
- . Extremamente .....5

7. Quanta dor **no corpo** você teve durante as **últimas 4 semanas**?

(circule uma)

- . Nenhuma .....1
- . Muito leve .....2
- . Leve .....3
- . Moderada .....4
- . Grave.....5
- . Muito grave.....6

8. Durante as **últimas 4 semanas**, quanto a dor interferiu com o seu trabalho normal (incluindo tanto o trabalho, fora de casa e dentro de casa)?

(circule uma)

- . De maneira alguma.....1
- . Um pouco .....2
- . Moderadamente.....3
- . Bastante.....4
- . Extremamente.....5

9. Estas questões são sobre como você se sente e como tudo tem acontecido com você durante as **últimas 4 semanas**. Para cada questão, por favor dê uma resposta que mais se aproxime da maneira como você se sente. Em relação **as últimas 4 semanas**.

(circule um número para cada linha)

|   | Todo tempo | A maior parte do tempo | Uma boa parte do tempo | Alguma parte do tempo | Uma pequena parte do tempo | Nunca |
|---|------------|------------------------|------------------------|-----------------------|----------------------------|-------|
| a. Quanto tempo você tem se sentido cheio de vigor, cheio de vontade, cheio de força? | 1          | 2                      | 3                      | 4                     | 5                          | 6     |
| b. Quanto tempo você tem se sentido uma pessoa muito nervosa?                         | 1          | 2                      | 3                      | 4                     | 5                          | 6     |
| c. Quanto tempo você tem se sentido tão deprimido que nada pode animá-lo?             | 1          | 2                      | 3                      | 4                     | 5                          | 6     |
| d. Quanto tempo você tem se sentido calmo ou tranquilo?                               | 1          | 2                      | 3                      | 4                     | 5                          | 6     |
| e. Quanto tempo você tem se sentido com muita energia?                                | 1          | 2                      | 3                      | 4                     | 5                          | 6     |
| f. Quanto tempo você tem se sentido desanimado e abatido?                             | 1          | 2                      | 3                      | 4                     | 5                          | 6     |
| g. Quanto tempo você tem se sentido esgotado?   | 1          | 2                      | 3                      | 4                     | 5                          | 6     |
| h. Quanto tempo você tem se sentido uma pessoa feliz?                                 | 1          | 2                      | 3                      | 4                     | 5                          | 6     |
| i. Quanto tempo você tem se sentido cansado?  | 1          | 2                      | 3                      | 4                     | 5                          | 6     |

10. Durante as últimas 4 semanas, quanto do seu tempo a sua **saúde física ou problemas emocionais** interferiram com as suas atividade sociais (como visitar amigos, parentes, etc.)?

(circule uma)

- . Todo o tempo.....1
- . A maior parte do tempo .....2
- . Alguma parte do tempo.....3
- . Um pequena parte do tempo.....4
- . Nenhuma parte do tempo .....5

11. O quanto **verdadeiro** ou **falso** é cada uma das afirmações para você?

(circule um número em cada linha)

|  | Definitivamente verdadeiro | A maioria das vezes verdadeiro | Não sei | A maioria das vezes falsa | Definitivamente falsa |
|--|----------------------------|--------------------------------|---------|---------------------------|-----------------------|
| a. Eu costumo adoecer um pouco mais facilmente que as outras pessoas | 1                          | 2                              | 3       | 4                         | 5                     |
| b. Eu sou tão saudável quanto qualquer pessoa que eu conheço         | 1                          | 2                              | 3       | 4                         | 5                     |
| c. Eu acho que a minha saúde vai piorar                              | 1                          | 2                              | 3       | 4                         | 5                     |
| d. Minha saúde é excelente   | 1                          | 2                              | 3       | 4                         | 5                     |

## ANEXO 7 – MODELO DE ANÁLISE “INSTITUTIONAL ANALYSIS AND DEVELOPMENT” (IAD)

Fonte: OSTROM (2005)

